

# Relatório de Gestão

TJMG | 2012/2014



Nova sede do TJMG:  
avenida Afonso Pena, 4.001



# Relatório de Gestão

TJMG | 2012/2014

*Presidente Herculano Rodrigues exerceu, interinamente, o Governo do Estado de 20 a 24 de novembro de 2013.*



# Apresentação

Este Relatório de Gestão é resultado do trabalho deste presidente; do 1º vice-presidente, desembargador José Tarcízio de Almeida Melo; do 2º vice-presidente, desembargador José Antonino Baía Borges; do 3º vice-presidente, desembargador Manuel Bravo Saramago; do corregedor-geral de justiça, desembargador Luiz Audebert Delage Filho, de todos os magistrados e servidores, dos terceirizados e colaboradores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

Não poderia deixar de enfatizar a parceria essencial do governador Antonio Anastasia e do vice-governador, Alberto Pinto Coelho, que o sucedeu, bem como do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, dos integrantes do Ministério Público, da Advocacia Pública e Privada, da Defensoria Pública, da Polícia Militar, da Polícia Civil e de todas as instituições e personalidades que contribuíram para o aprimoramento da Justiça nestes dois anos.

O objetivo deste relatório é dar publicidade às decisões e ações da gestão, compreendida no período de 29 de junho de 2012 a 30 de julho de 2014. Grande parte dos dados foi fechada até o mês de abril de 2014, diante da necessidade de se concluir a publicação ainda neste mandato.

Espero, sinceramente, que cada um dos senhores e senhoras se sinta representado neste relatório, que busca demonstrar à sociedade o esforço empreendido para aperfeiçoar a prestação jurisdicional e, assim, avançar no grande sonho de construir a justiça e a paz social.

Muito obrigado.

*Desembargador Joaquim Herculano Rodrigues*  
Presidente



# Sumário

## Perfil Institucional 7

## Gestão Judiciária 9

- Processo Eletrônico 9
- Aprimoramento da Estrutura 11
  - 1ª Instância 11
  - 2ª Instância 12
  - Juizados Especiais 12
- Movimentação Processual 13
- Programas, Projetos e Outras Iniciativas 14
  - Gestão da Inovação 14
  - Novos Rumos 19
  - Infância e Juventude 23
  - Pai Presente 27
  - Perícias 29
  - Gestão Fiscal Eficiente 30
  - Núcleo de Apoio à Prestação Jurisdicional do Interior - Napi 31

## Gestão Administrativa 35

- Planejamento Estratégico 35
- Orçamento 36
- Fundo do Poder Judiciário 37
- Bens, Serviços e Patrimônio 37
- Gestão Predial 42
- Tecnologia da Informação 45
- Gestão de Recursos Humanos 49
- Desenvolvimento de Pessoas 52
- Assessoria da Presidência 53
  - Assessoria Jurídica 54
  - Assessoria de Comunicação 55
  - Secretaria das Comissões Permanentes 59
  - Relações Institucionais 60
- Segurança Institucional 61
- Precatórios 63
- Gestão da Informação Documental 66
- Gestão dos Juizados Especiais 67
- Corregedoria 69
- Ouvidoria 73

## Memória e outras Ações de Destaque 75

- Memória do Judiciário 75
- Colar do Mérito Judiciário 77
- Sustentabilidade Legal 78
- Judiciário na Copa das Confederações e na Copa do Mundo 79

## Ficha Técnica 80



Renata Calderia

*Hasteamento das bandeiras na nova sede do TJMG. Na foto, o advogado geral do Estado, Marco Antônio Romanelli, o desembargador Almeida Melo, presidente em exercício, e o corregedor Audebert Delage.*



Renata Calderia

# Perfil Institucional

O Poder Judiciário de Minas Gerais, mais especificamente a Justiça Comum Estadual, possui 296 comarcas e 843 varas judiciais instaladas, para atender aos 853 municípios mineiros e aos seus 20.593.356 de habitantes (Estimativa IBGE/2013). Atuam, no Judiciário, 940 juízes de direito, 129 desembargadores, 15.948 servidores, 6 mil terceirizados e 3.895 estagiários.

Tramitavam, no Judiciário de Minas, 6.005.653 feitos, em abril de 2014, distribuídos entre a 2ª Instância, Justiça Comum de 1ª Instância, Juizados Especiais e suas Turmas Recursais. De acordo com os dados do último Relatório Anual de Movimentação Processual do TJMG (2013), nos últimos 20 anos, a distribuição de novos processos, na Justiça de 1ª Instância e nos Juizados Especiais, cresceu, em média, 5,79%, a cada ano, por juiz, enquanto os julgamentos aumentaram em 6,62% e o acervo, em 9,29%.

Importante observar que o aumento da taxa de julgados (5,79%) é superior ao índice de aumento do número de juízes, que é de 3,14%, o que representa o esforço do Judiciário e de seus magistrados, visando à melhoria da prestação jurisdicional.

Quanto ao crescimento significativo do acervo, esse fato se deve, em parte, àqueles feitos em poder de outros órgãos, aguardando perícia, em que não foram localizados bens à penhora ou em que não foi localizado o devedor, entre outras situações que independem da atuação do Judiciário.

## Missão

Garantir, no âmbito de sua competência, a prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza, de forma a atender aos anseios da sociedade e constituir-se em instrumento efetivo de justiça, equidade e de promoção da paz social.

## Visão

Ser reconhecido junto à coletividade pela excelência de sua atuação.



*Presidente Herculano Rodrigues, desembargador Caldeira Brant (centro) e ministro Joaquim Barbosa, na assinatura do termo de cooperação técnica entre TJMG e CNJ, para expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe), em 17 de março de 2014.*





# Gestão Judiciária

O esforço para aprimorar a prestação jurisdicional pode ser percebido em várias iniciativas, entre elas a instalação de 16 varas judiciais e de nove cargos de juiz para os Juizados Especiais; a implantação do processo eletrônico, na 2ª Instância, e sua expansão na 1ª Instância da capital; a nomeação de juízes de direito auxiliares especiais, para atuarem em cinco comarcas, elevadas à entrância especial, entre outras iniciativas.

Com a ampliação da estrutura e dos quadros de magistrados e servidores, além de todos os esforços que vêm sendo empreendidos, nesta e em outras gestões, podem-se observar resultados: de julho de 2012 a abril de 2014, foram distribuídos 5.159.999 feitos, no Poder Judiciário de Minas Gerais, e registrados 3.787.314 julgamentos, o que representa um índice de mais 73%. Esses números englobam a 2ª Instância, a Justiça Comum de 1ª Instância, os Juizados Especiais e suas Turmas Recursais.

## PROCESSO ELETRÔNICO

Nestes dois anos, o Judiciário de Minas foi contemplado com a implantação, na Segunda Instância, e a expansão, na Primeira Instância da capital, do processo eletrônico, resultado do esforço conjunto dos dirigentes e das equipes do TJMG.

### Jippe

Justiça Integrada ao Povo pelo Processo Eletrônico (Jippe) é um sistema informatizado para a utilização do meio eletrônico na criação das peças e na tramitação de processos da Segunda

Instância. O sistema abrangeu, em sua primeira fase, os feitos originários da comarca de Belo Horizonte das seguintes classes: mandados de segurança, ações rescisórias, revisões criminais, agravos de instrumento criminais e agravos de instrumento cíveis nos casos de assistência judiciária gratuita, com possibilidade de opção pelo meio físico ou eletrônico.

Ao final desta gestão, foi publicada a Portaria Conjunta 351/2014, que estabelece o dia 30 de junho de 2014 como data final para protocolo dos feitos abrangidos pelo Jippe por meio físico ou eletrônico. Determina ainda que, a partir de 1º de julho de 2014, todos os tipos de agravo de instrumento, os recursos internos, os *habeas corpus*, os mandados de segurança, as ações cautelares e os demais feitos de competência originária do Tribunal de Justiça, oriundos da comarca de Belo Horizonte, serão protocolizados e distribuídos exclusivamente pelo sistema Jippe, além de prever a interiorização do sistema a partir de 1º de setembro de 2014.

## Processo Judicial Eletrônico (PJe)

Já o Processo Judicial eletrônico (PJe) é um sistema de informática desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais para a automação do Judiciário. Ele permite a prática do ato processual diretamente no sistema, assim como o acompanhamento desse processo judicial, independentemente de ele tramitar na Justiça Federal, na Justiça dos Estados, na Justiça Militar dos Estados ou na Justiça do Trabalho.

No TJMG, o sistema foi implantado em setembro de 2012, como projeto-piloto nas varas regionais do Barreiro, restrito às ações de divórcio consensual. Em 22 de janeiro de 2014, o TJMG expandiu a utilização do sistema PJe para todas as classes processuais do Fórum Regional do Barreiro. Foi iniciada, em 17 de março de 2014, a implantação nas varas cíveis da comarca de Belo Horizonte, inicialmente apenas para as ações de despejo. A partir de 15 de maio de 2014, é feita a expansão para outras varas da comarca de Belo Horizonte: mandados de segurança, bem como as respectivas ações conexas e os incidentes processuais, nas varas da fazenda pública e autarquias e nas varas de feitos da fazenda pública municipal; procedimentos ordinários relativos a matéria previdenciária, nas varas de feitos tributários do Estado de Minas Gerais.

Foi criado o Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (CGPJe/TJMG), para o gerenciamento da implantação e do funcionamento do PJe na Justiça de primeiro grau.

## Projudi

O Sistema CNJ (Projudi) foi implantado como projeto-piloto no Juizado Especial Cível de Belo Horizonte, antiga Unidade UFMG, em agosto de 2007. Trata-se de um *software* mantido pelo CNJ e hoje utilizado na comarca da capital, nos Juizados Especiais e na Vara de Registros Públicos para tramitação de processos judiciais.

## APRIMORAMENTO DA ESTRUTURA

Instalação de varas judiciais, em 16 comarcas, e de nove cargos de juiz de direito de Juizados Especiais, em quatro comarcas, estão entre as medidas adotadas para a ampliação da estrutura de atendimento e melhoria do serviço prestado ao cidadão. Merece também ênfase a nomeação de juízes auxiliares especiais para cinco comarcas elevadas à entrância especial. Na 2ª Instância, começou a ser feita a nomeação de juízes para substituírem desembargadores, em casos de afastamentos destes por 30 dias ou mais, visando à continuidade da prestação jurisdicional. Outro marco foi a instalação do posto do Juizado Especial, no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins.

### :: 1ª Instância

Com o objetivo de ampliar a estrutura de atendimento e, assim, agilizar a prestação jurisdicional, foram instaladas 16 varas, nas comarcas de Araguari, Belo Horizonte, Betim, Conceição das Alagoas, Conselheiro Pena, Ibirité, Igarapé, Itabira, Itabirito, Nova Serrana, Pedra Azul, Santa Luzia, Três Pontas, Ubá, Unai e Vespasiano.

*Desembargador Afrânio Vilela, presidente da Assembleia Dinis Pinheiro, juiz diretor do Foro Daniel Mattos da Silva e presidente Herculano Rodrigues, na instalação da 2ª Vara na comarca de Conceição das Alagoas.*





As comarcas de Caratinga, Ipatinga, Manhuaçu, Ubá e Vespasiano preencheram os requisitos e foram elevadas à entrância especial e, em decorrência disso, receberam um cargo de juiz de direito auxiliar especial. Essa medida traz benefício, uma vez que a comarca passa a ter um magistrado para substituir e, assim, garantir a continuidade dos serviços, nos períodos de férias, ou outros afastamentos legais dos juízes titulares.

De acordo com o art. 8º, inciso I, da Lei Complementar 59/2001, são classificadas como comarcas de entrância especial aquelas que têm cinco ou mais varas instaladas, nelas compreendidas as dos Juizados Especiais, e população igual ou superior a cento e trinta mil habitantes.

## :: 2ª Instância

Para o aperfeiçoamento da estrutura da 2ª Instância, merece destaque a implementação do novo Regimento Interno do TJMG (Resolução 03/2012), com a realização das sessões para aprovação da norma que descentralizou a gestão, estabelecendo as atribuições dos dirigentes/superintendentes do TJMG.

Outro avanço significativo do Regimento foi a possibilidade de juízes de direito de entrância especial substituírem desembargadores afastados por 30 dias ou mais, de forma a evitar a paralisação do julgamento de processos que exigem a participação de todos os integrantes do respectivo órgão julgador.

## :: Juizados Especiais

Em abril de 2013, foi instalado um posto do Juizado Especial no aeroporto internacional Tancredo Neves, em Confins, com competência para atender as demandas dos usuários do terminal. Entre elas, a violação, o furto e o extravio de bagagens, o atraso e o cancelamento de voos, o *overbooking* e demais ações relacionadas aos direitos do passageiro. Em atendimento ao disposto na Recomendação 45, do Conselho Nacional de Justiça, foi criado o Juizado do Torcedor e de Grandes Eventos.

Nos Juizados Especiais existentes, houve instalação de nove cargos de juiz de direito nas Unidades Jurisdicionais de Belo Horizonte (seis cargos), Lavras, Pará de Minas e Uberlândia. Além de contribuir para a agilidade na prestação jurisdicional, a medida foi extremamente positiva para juízes e servidores, até então trabalhando com distribuição média mensal de processos bastante elevada.

*Juizado Especial de Confins foi inaugurado em 30 de abril de 2013.*





Dirigentes do TJMG: vice-corregedora Vanessa Verdolim; presidente Herculano Rodrigues; 1º vice-presidente Almeida Melo; 2º vice-presidente Baía Borges; 3º vice-presidente Manuel Saramago e corregedor Audebert Delage.

## MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

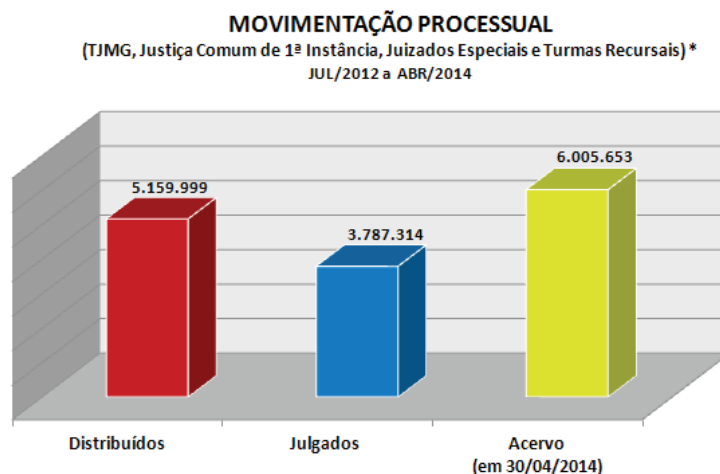
De julho de 2012 a abril de 2014, foram distribuídos 5.159.999 feitos, no Poder Judiciário de Minas Gerais, e realizados 3.787.314 julgamentos, o que representa um índice de mais 73%. No acervo, havia ainda 6.005.653 feitos (dados fechados em abril/2014). Esses números englobam a 2ª Instância, a Justiça Comum de 1ª Instância, os Juizados Especiais e suas Turmas Recursais.

É importante destacar que, no acervo, são contabilizados os feitos em poder de outros órgãos, aguardando perícia, em que não foram localizados bens para a penhora ou em que o devedor não foi encontrado, entre outras situações que independem da atuação do Judiciário.

### Detalhamento dos números

Na 2ª Instância, especificamente, houve distribuição de 633.792 feitos; registraram-se 560.918 julgamentos (88,5%) e o acervo era de 178.348.

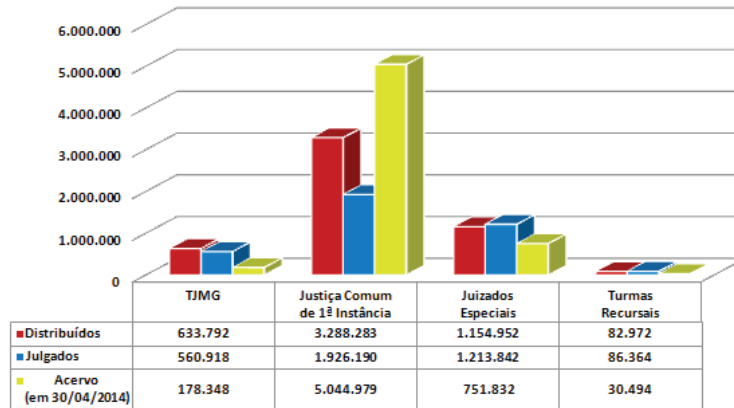
Na 1ª Instância, entraram 3.288.283 feitos, tendo sido realizados 1.926.190 julgamentos (58,5%) e o acervo era de 5.044.979.



\* Incluídos os processos eletrônicos do Sistema CNJ

## MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL (POR ESPECIALIDADE)\*

JUL/2012 a ABR/2014



\* Incluídos os processos eletrônicos do Sistema CNJ

Outros 1.154.952 de feitos foram distribuídos para os Juizados Especiais; o julgamento de 1.213.842 feitos foi superior à distribuição (105%), restando um acervo de 751.832.

Para as Turmas Recursais, chegaram 82.972 recursos; o julgamento também superou a distribuição, chegando a 86.364 (104%), e ainda tramitavam 30.494 recursos.

As estatísticas, mais uma vez, confirmam a necessidade de investimento na 1ª Instância, como forma de melhorar os índices de julgamento e a prestação de serviços à sociedade.

## PROGRAMAS, PROJETOS E OUTRAS INICIATIVAS

Foi instituído, neste mandato, o Núcleo de Apoio à Prestação Jurisdicional do Interior (Napi), para atuar em processos de comarcas ou varas do interior do Estado que apresentem acúmulo de processos cíveis, bem como o Projeto "TJMG e Prefeituras – Parceria para a Gestão Fiscal Eficiente", visando buscar alternativas para reduzir o acervo e também a distribuição de novos processos de execução fiscal. Houve ainda a instalação de dez Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania; lançamento de livro com projetos desenvolvidos por magistrados e servidores mineiros na área da infância e juventude; realização de mais de 800 julgamentos pelo mutirão do júri, de 8,3 mil exames de DNA, em processos da justiça gratuita, além da destinação, em 2014, de R\$ 5 milhões para realização de perícias.

### :: Gestão da Inovação

A implantação de dez Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) no Estado é um dos destaques desta gestão, juntamente com a chegada da Justiça Itinerante a 12 municípios.



## Centros Judiciários

Dez Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) foram instalados nesta gestão, nas comarcas de Belo Horizonte (27/08/2012), Patos de Minas (20/06/2013), Viçosa (19/08/2013), Pouso Alegre (08/11/2013), Itaúna (19/11/2013), São João del-Rei (21/11/2013), Caeté (04/12/2013), Governador Valadares (21/03/2014), Itajubá (07/04/2014) e Lambari (09/05/2014).

Regulamentados pelas Resoluções 661/2011 e 682/2012 do TJMG, a partir das diretrizes estabelecidas pela Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, os centros oferecem espaço para o diálogo e a solução consensual de demandas tanto na fase processual como na fase pré-processual. Além disso, o centro abriga o Setor de Cidadania, para orientar e informar o cidadão.

Com o objetivo de incrementar os resultados do setor pré-processual do Cejus de Belo Horizonte, foram celebrados termos de cooperação com as seguintes empresas: Cemig Distribuição S.A. (Termo de Cooperação 144/2012), Telemar Norte Leste S.A. (170/2012), Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais CMI/MG, Sindicato das Empresas Administradoras de Imóveis, Corretoras de Imóveis, Incorporadores de Imóveis e Urbanizadoras da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG – Secovi (106/2013), Via Varejo S.A. (118/2013), HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e Losango Promoções de Vendas Ltda. (125/2013), B2W - Companhia Digital (230/2013), Ingresso.com Ltda. (232/2013), Itaú Seguros de Autos e Residência S.A. (049/2014), Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (50/2014).

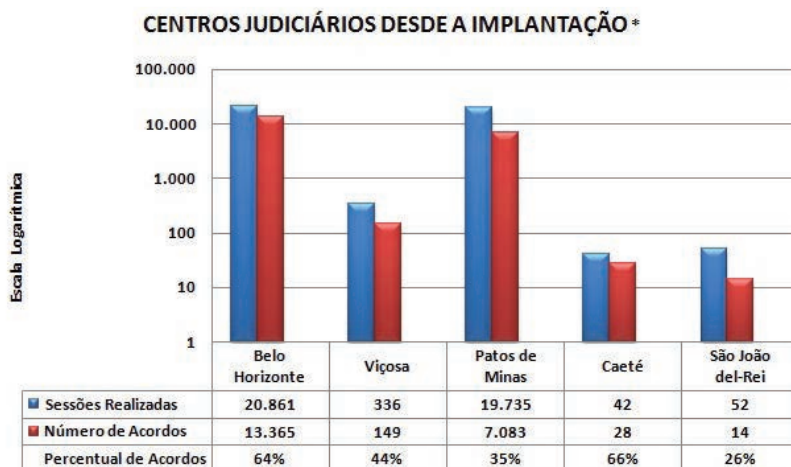
Houve ainda celebração de termos de cooperação para a expansão do setor pré-processual em comarcas do interior: União de Ensino Superior de Viçosa (149/2013), Universidade do Vale do Rio Doce – Univale (01/2014).

*Presidente Herculano Rodrigues, corregedor Audebert Delage e 3º vice-presidente Manuel Saramago, na instalação do primeiro Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, em BH.*



Renata Caldera

A equipe do Cejus de Belo Horizonte participou da iniciativa Ação Global em 26 de abril de 2014, divulgando os serviços prestados pelos centros.



\* Dados apurados até o mês 04/2014

## Oficina de parentalidade

Para auxiliar os pais e proteger crianças e adolescentes dos efeitos negativos da separação e do divórcio, o Cejus de Belo Horizonte realizou, nos dias 23 e 24 de abril de 2014, a oficina de parentalidade. Outro objetivo da oficina é preservar os papéis parentais e proporcionar aos envolvidos um ambiente acolhedor nesse delicado período de transição. A iniciativa faz parte da política de pacificação de conflitos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A oficina foi conduzida por instrutores capacitados em mediação de conflitos que receberam treinamento ministrado por especialistas do CNJ em Brasília. As oficinas são realizadas antes da mediação judicial, conscientizando os casais da possibilidade e da importância da conciliação. Em muitos casos, os casais ficam predispostos a realizar o acordo após o curso.

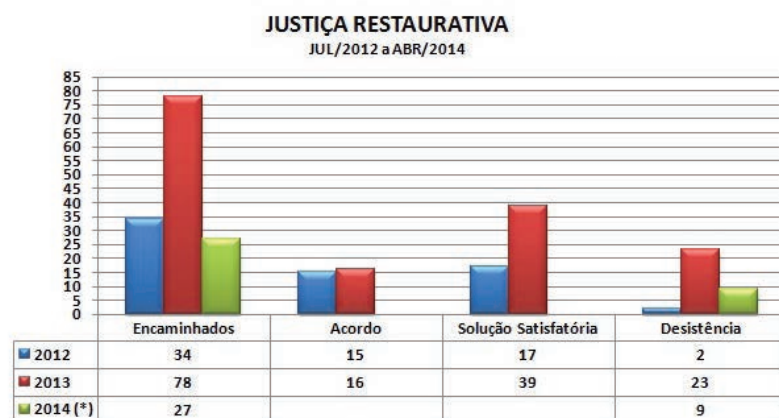
## Justiça Restaurativa

O projeto-piloto da Justiça Restaurativa foi implantado, por meio da Portaria Conjunta 221/2011, no Centro Integrado da Criança e do Adolescente (CIA-BH) e no Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte. Contratou-se consultoria, visando definir a concepção teórica e a prática da metodologia e a consequente implantação do Núcleo de Justiça Restaurativa em Belo Horizonte.

Em 2013, ocorreu o 3º Curso de Justiça Restaurativa no TJMG, dividido em módulos, assim foi cumprida a etapa do projeto referente à capacitação de magistrados, promotores, defensores públicos, servidores do TJMG, do MP, da Defensoria Pública, do Governo do Estado, da Secretaria Municipal de Educação e da UFMG, para atuação no projeto-piloto.

A Portaria Conjunta 308/2013 do TJMG designou os gestores do projeto: juízes Carlos Frederico Braga da Silva e Flávia Birchal.

Foram realizados, em 2014, três encontros sobre a justiça restaurativa no sistema socioeducativo. Em abril de 2014, foi entregue o relatório final da consultoria para concepção do projeto teórico e prático, que contém todo o trabalho realizado e as recomendações da consultora.



(\*) Até 30/04/14, os resultados dos campos "Acordo" e "Solução Satisfatória" não tinham sido apresentados. No entanto, há 18 processos em andamento.

## Justiça Itinerante

Instituída pela Resolução 632/2010, a Justiça Itinerante, no período de julho/2012 a abril/2014, chegou a 12 municípios: Rubim, Divisópolis, Bandeira, Mata Verde, Palmópolis, Rio Pardo de Minas, da comarca de Almenara; Paulistas, da comarca de Sabinópolis; Pedra do Anta, da comarca de Teixeiras; Wenceslau Braz, Marmelópolis, Piranguçu e Delfim Moreira, da comarca de Itajubá.

## Núcleo Permanente de Métodos Consensuais

Com a finalidade de ajustar as ações do TJMG à nova Política Judiciária Nacional, instituída por meio da Resolução 125/2010, do CNJ, a Secretaria do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos estabeleceu cronograma de cursos, de palestras e de instalação de Centros Judiciários no Estado de Minas Gerais.

Foram realizados, nesta gestão, 75 cursos de capacitação em mediação e conciliação, cinco cursos sobre o funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, dois cursos de formação de instrutores no CNJ, em Brasília, quatro oficinas temáticas e três palestras sobre o Cejus.

## Iniciativas de conciliação

O TJMG possui iniciativas já consolidadas visando promover a conciliação, como as Centrais de Conciliação, os Juizados de Conciliação e os Postos Avançados de Conciliação Extrajudicial (Pace). É importante destacar que, à medida que são implantados os Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania, todas as ações relacionadas à conciliação e a outros métodos consensuais passam a ser geridas por esses centros.

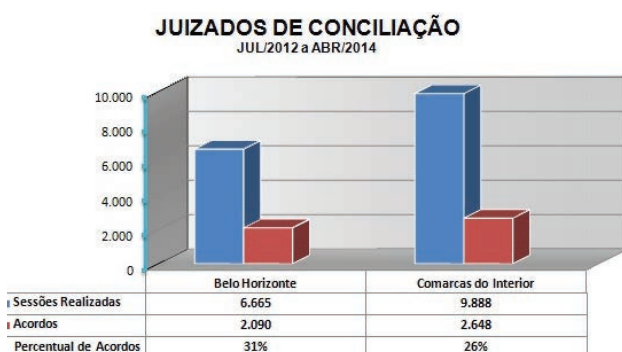


## Central de Conciliação

Das 296 comarcas do Estado, 268 possuem Central de Conciliação instalada. No período de julho de 2012 a abril de 2014, foram realizadas 71.520 audiências de conciliação, com 41.113 acordos, o que representa um índice de 57,48%.

## Juizados de Conciliação

Atualmente há 49 postos dos Juizados de Conciliação em funcionamento em Belo Horizonte, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), e 56 postos no interior. De 2012 a abril de 2014, foram instalados 16 novos postos dos Juizados: 14 no interior e dois em Belo Horizonte.



## Postos Avançados de Conciliação Extraprocessual (Paces)

Resultam de uma parceria entre o TJMG, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas) e as Associações Comerciais e Empresariais das cidades mineiras, que instalaram o Pace em sua sede.

Em 20 de setembro de 2013, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao Convênio 185/2011, para a instalação de 26 Paces nas seguintes comarcas do Estado: Almenara, Alfenas, Araguari, Arcos, Bela Vista de Minas, Bordada da Mata, Buritizeiro, Campanha, Campestre, Elói Mendes, Gouveia, Ituiutaba, Paracatu, Patrocínio, Ponte Nova, Salinas, Santa Bárbara, Sete Lagoas, Várzea da Palma, Bicas, Patos de Minas, Uberaba, Uberlândia, São Gotardo, Itabirito e Santo Antônio do Monte.

O objetivo do projeto é possibilitar a realização de sessões de conciliação pré-processual nas questões envolvendo relações de consumo e empresariais, com posterior homologação judicial.

Foram realizados, por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), quatro cursos de capacitação para os conciliadores dos Paces no ano de 2013.

## Mutirões das demandas massificadas

Foram realizados mutirões das demandas massificadas e obteve-se uma média de 50% de acordos.

Banco Bradesco:	11 a 15/06/2012
Seguro Dpvat:	24 a 28/09/2012
Banco Itaú:	22 a 26/10/2012
Semana Nacional da Conciliação de 2012:	07 a 14/11/2012
Banco Bradesco:	3 a 14/06/2013
Gol Linhas Aéreas:	30/08/2013
Banco Fibra:	20 a 22/11/2013
Semana Nacional da Conciliação de 2013:	25/11 a 14/12/2013
Banco Sofisa:	27/03/2014

## Semana Nacional da Conciliação

Em 2012, a Semana da Conciliação foi realizada no período de 7 a 14 de novembro. Os trabalhos foram desenvolvidos em 139 comarcas, com a adesão de 212 varas, tendo sido realizadas 11.989 audiências. No ano de 2013, de 2 a 6 de dezembro, houve participação de 110 comarcas, com a adesão de 168 varas, tendo sido realizadas 8.693 audiências.

## ▄▄ Novos Rumos

Criado a partir da crescente demanda que alcança a Justiça criminal, o Programa Novos Rumos, entre junho de 2012 e abril de 2014, obteve resultados expressivos com a contribuição de parceiros. Os esforços se concentraram em torno das seguintes ações: mutirões de júris, mutirões carcerários, mutirões das medidas de segurança, cooperações judiciais, iniciativas visando à consolidação da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) e do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ).

Os resultados são consequências do trabalho conjunto da equipe do programa, dos magistrados das diversas comarcas, da Corregedoria-Geral de Justiça, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), entre outras instituições.

Importante iniciativa desta gestão foi a contratação de 101 novos estagiários para distribuição às 19 Varas de execuções criminais, incluindo aquelas em cujas comarcas existam penitenciárias.

### Mutirões de júri

Nesse período, foram previstos 939 júris e realizados 802, o que resultou em 85% de aproveitamento das sessões de julgamento marcadas. As sessões extras de julgamentos foram realizadas em diversas comarcas do Estado e visavam ao cumprimento da Meta 4, estabelecida pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp).

**MUTIRÕES DE JÚRI - RESULTADOS POR COMARCA**  
(JAN/2012 a ABR/2014)

NO ANO DE 2012	PREVISTOS	REALIZADOS	NÃO REALIZADOS	APROVEITAMENTO
Belo Horizonte (29/10/2012 a 30/11/2012)	190	169	21	89%
<b>TOTAL</b>	<b>190</b>	<b>169</b>	<b>21</b>	<b>89%</b>
NO ANO DE 2013	PREVISTOS	REALIZADOS	NÃO REALIZADOS	APROVEITAMENTO
Belo Horizonte	216	174	42	81%
Santa Luzia	21	16	5	76%
Vespasiano	35	29	6	83%
Contagem	86	72	14	84%
Ibirité	15	12	03	80%
Ribeirão das Neves	31	26	05	84%
Montes Claros	100	87	13	87%
Uberlândia	100	97	03	97%
Igarapé	28	27	01	96%
Matozinhos	06	04	02	67%
<b>TOTAL</b>	<b>638</b>	<b>544</b>	<b>94</b>	<b>85%</b>
NO ANO DE 2014	PREVISTOS	REALIZADOS	NÃO REALIZADOS	APROVEITAMENTO
Belo Horizonte	40	32	8	80%
Abre-Campo	10	09	1	90%
Muriaé	20	16	4	80%
Peçanha	20	13	7	65%
Belo Horizonte (22/04/14 a 30/04/14)	21	19	2	90%
<b>TOTAL</b>	<b>111</b>	<b>89</b>	<b>22</b>	<b>80%</b>
<b>TOTAL NO PERÍODO (jun/2012 a abr/2014)</b>	<b>939</b>	<b>802</b>	<b>137</b>	<b>85%</b>

## Mutirões carcerários

Mutirões carcerários foram realizados nas comarcas de Araguari, Boa Esperança, Juiz de Fora, Igarapé, Ribeirão das Neves e Santa Luzia. Essas comarcas foram sugeridas pela Corregedoria-Geral de Justiça, pelas instituições que compõem o Grupo de Cooperação Permanente (instituído pela Portaria Conjunta 01/2013) e pelas fiscalizações carcerárias, devido ao excepcional fluxo de processos pendentes no curso da execução penal específica.

Como resultado, constatou-se que havia 812 detentos aptos à progressão de pena, 256 com possibilidade de livramento condicional, 140 com a execução da pena já extinta, 3.796 sem direito a qualquer benefício, 230 habilitados a participar de audiência de justificação. No total, 5.234 detentos foram monitorados.

No Mutirão Carcerário Estadual do ano de 2013, uma nova metodologia de trabalho foi aplicada. Foram apurados e relacionados nominal-

mente os detentos que possuíam benefícios pendentes ou necessitavam ter o cálculo de pena atualizado ou retificado. Os dados vieram de relações recebidas diretamente das diversas unidades prisionais.

<b>MUTIRÃO CARCERÁRIO ESTADUAL 2013</b>					
<b>INSTITUIÇÕES</b>	<b>UNIDADES INFORMADAS</b>	<b>NOMES RECEBIDOS</b>	<b>NOMES ANALISADOS</b>	<b>PENDÊNCIAS ENCONTRADAS</b>	<b>PRESOS PROVISÓRIOS</b>
SUAPI	134	43.821	43.821	11.807	13.068
PC Polícia Civil	136	5.538	5.538	1.494	1.614
APAC	33	1.839	1.839	300	26
<b>TOTAL</b>	<b>303</b>	<b>51.198</b>	<b>51.198</b>	<b>13.601</b>	<b>14.708</b>

*Em maio de 2014, o juiz José Ricardo Vêras, coordenador-executivo do Novos Rumos, em inspeção na comarca de Bicas.*



## Mutirão das Medidas de Segurança

Outra iniciativa adotada foi a realização do Mutirão das Medidas de Segurança. As ações foram coordenadas pelo Programa Novos Rumos, com a relevante atuação do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judicial (PAI-PJ) e, ainda, a participação do Centro de Apoio Médico e Pericial (Camp), pertencente à Secretaria de Defesa Social (Seds). Reuniu-se uma verdadeira “força-tarefa” para realizar exames médicos e apresentar os respectivos laudos de centenas de pacientes judiciários no Estado.



Ao final, foram determinadas 34 desinternações condicionais, 41 extinções de medidas, nove transferências, sete modulações (internações para ambulatórios), uma busca e apreensão. Foram constatadas 32 periculosidades não cessadas e 61 casos sem irregularidades, e foram concedidos oito indultos. Observou-se que cem pacientes judiciários aguardavam exames. Foram analisados 293 processos envolvendo pacientes judiciários.

## Cooperações judiciais

As cooperações judiciais para sentenças em ações de natureza criminal buscaram auxiliar comarcas que, por situações diversas, acumulavam excessivo acervo processual. Assim, através do grupo de cooperação judicial, formado por magistrados em atuação no Programa Novos Rumos, foram prolatadas 3.308 sentenças criminais.

<b>COOPERAÇÃO JUDICIAL</b>				
<b>SENTENÇAS DE MÉRITO PROFERIDAS</b>				
	<b>COMARCAS</b>		<b>QUANT.</b>	
	<b>ANO DE 2012</b>	Monte Azul	12	Taiobeiras
Almenara		13	Rio Casca	38
Andrelândia		70	Unaí	30
Arinos		62	Ervália	22
Novo Cruzeiro		30	Campos Gerais	128
Bom Despacho		72	Buritiz	80
Manhumirim		33	Montes Claros	52
Muriae		235	Janaúba	243
Belo Horizonte – Júrís		188	-	-
<b>TOTAL EM 2012</b>		<b>634</b>		
<b>ANO DE 2013</b>	Pompeu	1	Monte Azul	29
	Uberaba	31	Açucena	64
	Nanuque	72	Uberlândia - Júrís	98
	Formiga	7	Igarapé - Júrís	27
	Piranga	115	Matozinhos - Júrís	4
	Ouro Branco	41	Belo Horizonte - Júrís	184
	São Domingos do Prata	87	Montes Claros - Júrís	99
	Três Corações	140	Contagem - Júrís	85
	Itabira	547	Santa Luzia - Júrís	15
	Matias Barbosa	82	Vespasiano - Júrís	29
	São João da Ponte	39	Ibirité - Júrís	13
	Boa Esperança	18	Ribeirão das Neves - Júrís	29
	Carmo do Rio Claro	34	Miraí	39
	Pompéu	82		
<b>TOTAL EM 2013</b>		<b>2011</b>		
<b>ANO DE 2014</b>	Miraí	74	Belo Horizonte – Júrís	33
	Paraisópolis	49	Abre-Campo – Júrís	9
	Coração de Jesus	26	Muriae – Júrís	17
	Ouro Branco	135	Peçanha – Júrís	16
	Pirapora	196	Coronel Fabriciano	84
	Ipanema	24		
<b>TOTAL EM 2014</b>		<b>663</b>		
<b>TOTAL NO PERÍODO (JUNHO/2012 a JUNHO/2014):</b>				<b>3.308</b>

## Apac

Várias ações em prol da propagação e da consolidação da metodologia Apac foram colocadas em prática com a realização de vários eventos, como encontro de magistrados, intercâmbio com a União Europeia, seminários e treinamentos de voluntários e gestores. Foram implantadas novas unidades a partir de aporte orçamentário através da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds).

Hoje há 33 Centros de Reintegração Social (CRS) em funcionamento com 2.227 vagas. Estão em fase de implantação outros 63 centros. Há convênio com a Seds para a construção de sete centros, em 2014, com 800 novas vagas: comarcas de Alfenas (120 vagas), Itabirito (80 vagas), Manhumirim (80 vagas), Montes Claros (120 vagas), Tupaciguara (80 vagas), Uberlândia (200 vagas) e Barbacena (120 vagas).

Negociação entre a Seds e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o acompanhamento do Programa Novos Rumos, possibilitará a construção de novas Apacs, por meio de financiamento ajustado ainda no decorrer de 2014.

## :: Infância e Juventude

Acesso de crianças e adolescentes à arte e à cultura, ciclo de encontros para magistrados, edição de livro com projetos sociais de magistrados e servidores do Estado, palestras. Essas iniciativas foram desenvolvidas pela Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj), que, nesta gestão, ganhou nova sede.

Merecem também destaque as atividades da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), que organizou o cadastro geral unificado de crianças, adolescentes e pretendentes.

### Coordenadoria da Infância e da Juventude: nova sede

A Coordenadoria da Infância e da Juventude, órgão responsável por assessorar a Presidência do Tribunal, a Segunda Vice-Presidência e a Corregedoria-Geral de Justiça nos temas que envolvem crianças e adolescentes, possui nova sede desde 2 de outubro de 2012. A Coinj funciona na rua Guajajaras, 40, 25º andar, Centro de Belo Horizonte. Com a nova infraestrutura, foi impulsionado o desenvolvimento de políticas, treinamento e ações relacionados à proteção à criança e ao adolescente.

### Expresso Coinj

Crianças e adolescentes de instituições de acolhimento da capital são encaminhadas, por meio do Expresso Coinj, para assistir a espetáculos de arte, apresentações esportivas e outros eventos recreativos, sempre nos fins de semana e feriados. Os ingressos são doados por produtores e responsáveis pelos eventos. Essa iniciativa teve início em setembro

de 2012. Mais de 1.200 crianças e adolescentes já foram beneficiados. Assistiram a apresentações do Grupo Corpo e do Grupo Corpo Cidadão, no Palácio das Artes, partidas de futebol, entre elas, uma da Copa das Confederações, e visitaram o Instituto Cultural Inhotim, entre outras atividades.

## Orquestra e coral

O Tribunal de Justiça firmou termo de cooperação com o Instituto Ajudar e o Centro de Voluntariado de Apoio ao Menor (Cevam) para a formação da Orquestra Infantojuvenil, com crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade social ou vivem em instituições de acolhimento. Os jovens têm aulas de iniciação musical, canto para coral, violino, violoncelo, viola, contrabaixo acústico, entre outros instrumentos. Das cem crianças e adolescentes inseridos no projeto, permanecem frequentes 84%. São residentes da comunidade do Morro do Papagaio, trabalhadores da Assprom e acolhidos em instituições.

A aprendizagem musical do grupo tem apresentado avanços, o que viabiliza a realização de pequenas apresentações públicas, entre elas, a que marcou o ato de posse da nova sede do Tribunal de Justiça na avenida Afonso Pena, 4.001, em Belo Horizonte. Na oportunidade, foi lançada a campanha Justiça e Paz se Abraçarão, para viabilizar a viagem de um grupo do projeto para a Europa, em outubro de 2014, atendendo a convite formulado pelo reitor do Colégio Pio Brasileiro, de Roma, padre João Rohr.

*Apresentação das crianças e adolescentes no lançamento do livro "Judiciário de Minas – Infância e Juventude em destaque."*



Marcelo Albert

## Atualização de magistrados

Cerca de 200 magistrados participaram do 1º Ciclo de Encontros Regionais de Atualização de Magistrados da Infância e da Juventude, com um total de seis encontros regionais. Juízes dos polos regionais de Varginha, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberlândia e Belo Horizonte estiverem presentes e puderam discutir a aplicação da doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente consagrada no ordenamento jurídico nacional.

## Livro “Judiciário de Minas: Infância e Juventude em destaque”

Com o apoio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), em setembro de 2013, foi lançada a publicação o “Judiciário de Minas: Infância e Juventude em destaque”, que teve como objetivo identificar e divulgar iniciativas e ações destinadas à proteção, ao desenvolvimento e à formação de crianças e adolescentes que contribuam para o aprimoramento da Justiça na área da infância e da juventude.

Foram publicados 19 projetos de magistrados e servidores do TJMG nas áreas de cidadania, esporte, saúde, lazer, música e convivência familiar e comunitária que beneficiaram mais de 10 mil crianças e adolescentes de todo o Estado de Minas.

Na publicação também foi divulgada a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, para estimular a implementação de medidas concretas que confirmam efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, com prioridade absoluta.

## Série Reflexões: Infância e Juventude em destaque

Em maio, por iniciativa da Coinj, foi realizada a palestra “Escola pública de melhor qualidade e os impactos para a Justiça Infantojuvenil: A proposta de federalização da educação básica pública”, proferida pelo senador Cristovam Buarque. A proposta é manter um canal permanente de estudo, discussão, exposição e reflexão sobre os direitos da criança e do adolescente, bem como colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores da área da infância e da juventude.

Na Série Reflexões, serão realizadas palestras, cursos, oficinas, seminários e encontros. As atividades serão realizadas com o apoio da Ejef. Em cada evento, autoridades, personalidades, pesquisadores de renome nacional e internacional falam sobre um tema previamente escolhido pela Coinj.

## Centro Integrado de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Em um imóvel cedido pelo Banco do Brasil, para utilização por dez anos, localizado na avenida Olegário Maciel, 515, Centro de Belo Ho-



rizonte, será instalado o Centro Integrado de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. A previsão é que as reformas sejam concluídas em 2015. Nesse centro, será instalada a Vara Especializada de Crimes Contra a Criança e o Adolescente em Belo Horizonte, seguindo determinação da Resolução 729/2013, editada pelo Órgão Especial do TJMG.

Há um aporte financeiro de R\$ 934 mil do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte e de R\$ 2 milhões do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando às adequações necessárias no imóvel. No momento, os projetos arquitetônicos da reforma do prédio estão sendo finalizados pela equipe de engenharia do Ministério Público Estadual.

O centro, além de contemplar a Vara Especializada de Crimes Contra a Criança e o Adolescente, contará com Delegacia, Defensoria e Ministério Público especializados.

A expectativa é que, com a instalação desse centro integrado, seja aprimorado o atendimento prestado pelo sistema de Justiça à criança e ao adolescente vítima na comarca de Belo Horizonte, alcançando maiores índices de responsabilização de seus agressores, além de se consolidar modelo de atuação conjunta a ser disseminado em outras comarcas do Estado.

## No Fundo, Justiça

O Projeto “No Fundo, Justiça” tem por objetivo promover ações destinadas a incentivar magistrados e servidores do Poder Judiciário, seus familiares, colaboradores e membros da comunidade em geral a efetuar doações aos Fundos da Infância e da Adolescência. As ações são dedutíveis do imposto de renda, nos termos do disposto nos artigos 260 a 260-L da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, que contém o Estatuto da Criança e do Adolescente. Acredita-se que, no segundo semestre de 2014, o Tribunal consiga reunir os elementos necessários para a efetiva implantação do projeto em foco.

## Comissão Judiciária de Adoção

A Comissão Judiciária de Adoção (Ceja) organizou o cadastro geral unificado de crianças, adolescentes e pretendentes; realizou estudo prévio e análise dos pedidos de habilitação à adoção por pretendentes estrangeiros ou brasileiros residentes no exterior; procedeu à atuação de dossiês de interessados e de crianças e adolescentes em adoção internacional; emitiu laudos de habilitação (a fim de instruir o processo judicial de adoção) em processos de indicação de pretendentes estrangeiros ou brasileiros, residentes no exterior, para adoção de crianças e adolescentes brasileiros.

No período de dois anos, a Ceja fez 164 habilitações de interessados em adoção, sendo 135 na Itália, 18 na França e 11 na Espanha.

Há sete crianças em estágio de convivência com famílias estrangeiras nas seguintes comarcas:

- 1 (uma) em Aimorés (família espanhola);
- 1 (uma) em Belo Horizonte (família italiana);
- 1 (uma) em Cataguases (família italiana);
- 2 (duas) em Paracatu (família espanhola);
- 2 (duas) em São João del-Rei (família espanhola).

Foram realizadas 41 adoções internacionais, nas seguintes comarcas:

CRIANÇA	PAÍS	COMARCA
1	Itália	Governador Valadares
1	Espanha	Pedro Leopoldo
2	Itália	Teófilo Otoni
1	Itália	Porteirinha
1	Itália	Belo Horizonte
2	Itália	Uberlândia
2	Itália	Teófilo Otoni
2	Itália	Teófilo Otoni
1	Itália	Belo Horizonte
2	Itália	Belo Horizonte
1	Itália	Uberlândia
2	Itália	Paracatu
2	Itália	Teófilo Otoni
2	Itália	Belo Horizonte
5	Estados Unidos	São João do Paraíso
2	Itália	Várzea da Palma
1	Itália	Luz
2	Itália	Formiga
1	França	Belo Horizonte
2	Itália	Belo Horizonte
1	Espanha	Belo Horizonte
1	Itália	Belo Horizonte
1	Itália	São João del-Rei
2	Itália	Teófilo Otoni
1	Itália	Belo Horizonte
<b>TOTAL: 41</b>		

## :: Pai Presente

Nesta gestão, foram realizados, aproximadamente, 8.600 exames de DNA, sendo 5.300 referentes a ações judiciais que tramitam nas comarcas do interior e 3.300 referentes à demanda da capital. Dessa forma, deu-se continuidade ao programa Pai Presente, instituído pelo Tribunal de Justiça em abril de 2009 e que já atingiu a marca de 20.523 mil exames realizados até abril de 2014.

O programa Pai Presente visa à realização de exames de DNA nos processos de investigação/negatória de paternidade/maternidade, em que foi deferida a justiça gratuita. A implantação foi possível graças a um convênio de cooperação técnico-financeira firmado entre o TJMG e o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde (SES).

O atendimento ao Poder Judiciário mineiro é prestado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que, através do Núcleo de Pesquisa em Apoio Diagnóstico (Nupad), laboratório de sua faculdade de medicina, atende à demanda do público-alvo do programa: beneficiários da assistência judiciária.

Na atual gestão, os juízes passaram a contar com 27 variantes de exames de DNA. Em breve, outras 10 modalidades serão incluídas. Um dos avanços é a possibilidade de constatar a existência ou não de vínculo, em casos de genitores falecidos ou ausentes, a partir de exames com materiais de familiares do suposto pai ou mãe. Isso evita o pedido de exame de DNA em material obtido por exumação, que é mais caro, complexo e, segundo os especialistas, não oferece o mesmo grau de segurança.

É importante frisar que vários processos foram resolvidos sem a necessidade do exame de DNA, por meio de conciliações ou de reconhecimentos espontâneos.

## Centro de Reconhecimento de Paternidade

O Centro de Reconhecimento de Paternidade (CRP) é vinculado à Vara de Registros Públicos da capital. Foi criado pelo Tribunal de Justiça, em cumprimento ao Provimento 12/2010 do Conselho Nacional de Justiça. Neste caso, é feita a averiguação de paternidade e maternidade, sem a interposição de processo judicial, mas a partir das informações prestadas pelos cartórios de registro, ou por iniciativa de pessoa interessada que, espontaneamente, procura o Centro. O CRP atende também à demanda oriunda da Defensoria Pública e do Ministério Público de Minas Gerais.

*O Centro de Reconhecimento de Paternidade funciona na praça Afonso Arinos, 200, 5º andar, Centro de BH.*



Marcelo Albert

Em breve, será celebrada parceria com a Fundação Educacional Caio Martins (Fucam), entidade criada pelo Governo de Minas. Assim, será possível o reconhecimento de paternidade das crianças e jovens assistidos pela fundação, nas comarcas de Pirapora, Esmeraldas, Januária, Montalvânia, Bonfinópolis de Minas e São Francisco.

## ∴ Perícias Judiciais

O TJMG destinou verba de R\$ 5 milhões ao pagamento de honorários de perito, tradutor e intérprete, para o ano de 2014, em cumprimento à Resolução 127/2011 do Conselho Nacional de Justiça, que recomendou aos Tribunais que destinassem, sob rubrica específica, parte do seu orçamento ao pagamento desses honorários. Essa destinação se refere aos processos de natureza cível, quando for deferido o benefício da justiça gratuita à parte sucumbente no objeto da perícia. Com essa medida, pretende-se reduzir o número expressivo de processos paralisados à espera de realização de perícia, embora se trate de um ônus a ser assumido pelo Estado. Isso porque a Lei 1.060/1950 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, que compreende, entre outras isenções, também os honorários de advogado e peritos, custos que estão sob a responsabilidade do Estado.

Várias outras ações foram desenvolvidas pelo Tribunal ou se encontram em andamento para solucionar essa questão.

### Convênio com a UFMG: perícias médicas

Foi celebrado, em dezembro de 2013, um contrato de prestação de serviços entre o Tribunal de Justiça e a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para a realização de 500 perícias médicas. Essas perícias estão sendo realizadas nas dependências da Faculdade de Medicina por médicos e professores que nela atuam. Trata-se de um projeto-piloto a ser desenvolvido na região metropolitana de Belo Horizonte.

Busca-se expandir o projeto para outras cidades-polo nas quais a Faculdade de Medicina adota o hospital-escola. Para as demais comarcas do Estado, estão sendo analisadas outras formas de atendimento.

### Convênio Tribunal de Justiça e Justiça Federal: jurisdição delegada

Ainda em dezembro de 2013, foi celebrado um convênio entre o Tribunal de Justiça e a Justiça Federal para implantação do Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita – AJG/Justiça Federal. Com esse sistema, facilita-se o cadastro para designação, contratação e pagamento de peritos que atuarão em feitos de jurisdição delegada.

Encontra-se em fase de análise a possibilidade de adaptação desse sistema para as necessidades da Justiça Estadual. Até definir a possibilidade da adaptação e a cessão do sistema pelo Conselho da Justi-



ça Federal, o TJMG está elaborando formulários a serem preenchidos pelos magistrados de todo o Estado. Por meio desses formulários, serão controladas as diversas etapas necessárias, desde a nomeação do profissional pelo juiz até o pagamento pelo serviço realizado. Assim, pode-se diminuir consideravelmente o represamento de processos aguardando perícia.

## Convênios com instituições, entidades e conselhos de classe em geral

O TJMG tem desenvolvido esforços no sentido de celebrar convênios com conselhos e institutos que congregam peritos. Para tanto, foi realizada reunião com representantes da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg) e com a diretoria da Associação dos Tradutores e Intérpretes. Desse modo, os magistrados poderão nomear profissionais do banco de peritos, tradutores e intérpretes com a necessária segurança, de forma a garantir a agilidade e a eficácia da prestação jurisdicional.

Na sequência, decidiu-se pela publicação de edital com todas as condições para o credenciamento dos interessados. O registro dos profissionais na Jucemg é condição para o credenciamento dos tradutores e intérpretes juramentados, exigência que constará do mencionado edital.

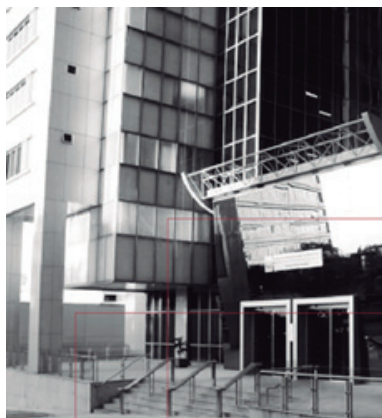
Parcerias similares serão celebradas, em breve, com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea/MG) e conselhos de contadores, médicos, psicólogos, entre outros.

## Central de Perícias Médicas da capital

Encontra-se em estudo a alteração da competência da Central de Perícias Médicas da capital para ampliar sua atuação. Assim, a nova central atenderá não apenas os casos de perícias médicas da capital, mas todas as situações de perícias, independentemente da especialidade e da comarca em que tramita o processo. Com o nome Central de Perícias do Poder Judiciário (Cepejus), o setor ficará vinculado à Corregedoria-Geral de Justiça.

## ❖❖ Gestão Fiscal Eficiente

Foi instituído o Projeto "TJMG e Prefeituras – Parceria para a Gestão Fiscal Eficiente", por meio da Portaria Conjunta 317, de 30 de outubro de 2013, e da Portaria 2.954, de 5 de fevereiro de 2014, do TJMG. A ideia é buscar alternativas para reduzir o acervo e também a distribuição de novos processos de execução fiscal, cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece o seguinte: os créditos de valores inferiores aos custos da cobrança podem ser cancelados, sem que isso configure renúncia de receitas tributárias para os fins da lei fiscal (art. 14, § 3º, inciso II, da Lei Complementar 101/2000). Além disso, o projeto acolheu as deliberações do Comitê do Plano Estratégico Nacional do Poder Judiciário, que incluíram, entre os macrodesafios para os anos de 2015 a 2019, encontrar soluções para as execuções fiscais.



## TJMG e Prefeituras PARCERIA PARA GESTÃO FISCAL EFICIENTE

(PORTARIA CONJUNTA Nº 317, DE 2013)

Dados previamente apurados pelo TJMG, com base em metodologia do Conselho Nacional de Justiça (“Relatório Justiça em Números”), apontam que o custo médio de uma ação judicial em 2013 foi de R\$ 2.263. De acordo com as estatísticas do TJMG, só o acervo de execuções fiscais municipais, em Minas, atinge o patamar de 600 mil ações, das quais 426 mil referem-se a dívidas de até R\$ 2,5 mil. O Tribunal de Justiça está promovendo uma ampla campanha de comunicação, com esclarecimento aos magistrados e incentivo à adesão dos municípios ao projeto. Se a via judicial não for a mais indicada, em função dos custos do processo para os municípios e para o Judiciário, é possível buscar alternativas, entre elas, a cobrança administrativa e outras providências não contenciosas, o protesto extrajudicial, a disponibilização das informações para entidades de proteção ao crédito (SPC, Serasa), a cobrança bancária, a conciliação extrajudicial e judicial, a securitização da dívida (uma espécie de operação de crédito para antecipação de receitas) etc.

O município de Santa Luzia já aderiu ao projeto mediante a edição do Decreto 2.936 e da Lei Complementar 3.432.

## ∴ Núcleo de Apoio à Prestação Jurisdicional do Interior (Napi)

O Núcleo de Apoio à Prestação Jurisdicional do Interior (Napi) foi criado neste mandato (Portaria Conjunta 313/2013), para o auxílio a comarcas ou varas do interior do Estado que apresentem acúmulo de processos cíveis. Estão contemplados, principalmente, aqueles processos relacionados à Meta 2, de 2010, e à Meta 1, de 2013, ambas do CNJ.

Não estão incluídos os processos de execução fiscal pendentes de sentença, decisão ou despacho. Os processos são selecionados pela Corregedoria-Geral de Justiça, após parecer de sua Secretaria de Padronização, Suporte ao Planejamento e à Ação Correicional (Sepac).

A primeira atuação do Napi, em projeto-piloto, ocorreu na 1ª e na 4ª Vara Cível da comarca de Contagem. No período de 4 de novembro de 2013 a 31 de janeiro de 2014, foram analisados 1.016 processos.

Entre 4 fevereiro e 22 de abril de 2014, foram analisados 1.176 processos em andamento nas seguintes comarcas: Araçuaí, Espinosa, Francisco Sá, Manga, Minas Nova, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, Salinas, São João do Paraíso, São João da Ponte, Taiobeiras e Turmalina.

Para conclusão da atuação do Napi nesta gestão serão atendidas as comarcas de Águas Formosas, Almenara, Capelinha, Itambacuri, Jacinto, Jequitinhonha, Medina, Nanuque, Novo Cruzeiro, Pedra Azul, Santa Maria do Suaçuí e Virginópolis, no período de 14 de abril a 22 de junho de 2014, quando serão analisados aproximadamente 900 processos.

GRÁFICO - PROCESSOS ANALISADOS  
SENTENÇAS / DESPACHOS / DECISÕES - NOVEMBRO 2013 A ABRIL 2014

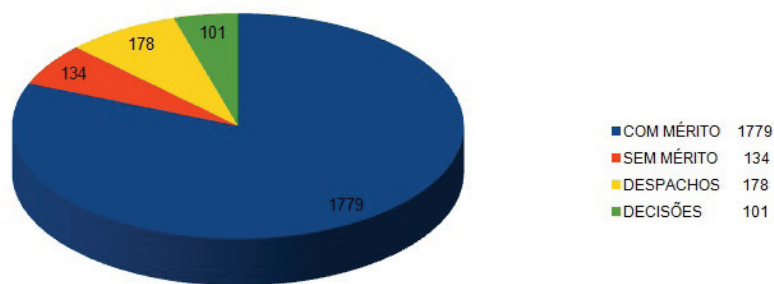
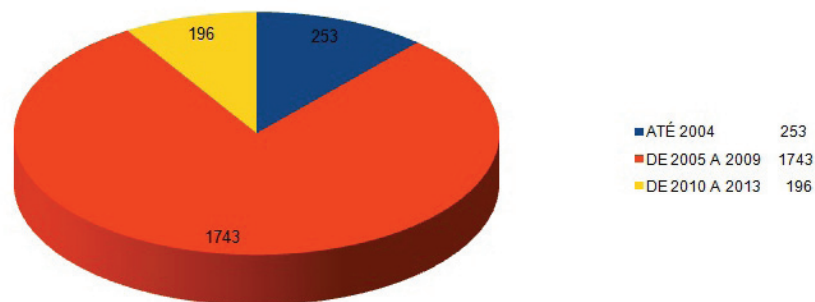


GRÁFICO - DE ACORDO COM O ANO DE DISTRIBUIÇÃO  
PROCESSOS ANALISADOS - NOVEMBRO DE 2013 A ABRIL 2014





Marcelo Albert

*Juiz Cássio Fontenelle, presidente Herculano e corregedor Delage na instalação do Napi.*





Juizes Auxiliares da  
Presidência: Nicolau  
Lupianhes, Flávia Lanari,  
Cássio Fontenelle e  
Renato Jardim

Além de Montes Claros (foto),  
foram realizados, em 2013,  
Encontros Administrativos  
em Ipatinga e Uberaba, com  
objetivo de facilitar as rotinas  
de trabalho e aprimorar os  
serviços judiciários.



# Gestão Administrativa

São vários os resultados obtidos ao longo destes dois anos, coroando esforços de dirigentes, equipe de magistrados e servidores do TJMG: a aquisição, por meio de desapropriação, do imóvel que vai sediar a 2ª Instância; a instituição do Fundo do Poder Judiciário; a implementação da Ouvidoria; o crescimento nominal do orçamento geral em 30%; a economia de cerca de 15%, nos processos licitatórios; a instalação do Juizado Especial de Confins; o ingresso de mais de 90 juízes e de 1.286 servidores na 1ª e na 2ª Instância; a realização da primeira seleção pública para estagiários; o pagamento de R\$ 1 bilhão em precatórios; a conclusão do projeto de segurança dos fóruns e efetivação da Central de Monitoramento no Fórum Lafayette da Capital; a ampliação do parque de computadores em 12,5%; a criação da Biblioteca Digital; a oferta do registro civil de nascimento em unidades hospitalares, entre outras.

Merece também destaque a convocação de mais quatro magistrados, para atuarem nos trabalhos de Superintendência Administrativa como juízes auxiliares da Presidência, com base no disposto na Resolução 72/2009 do Conselho Nacional de Justiça. Nas administrações anteriores, já havia sido designado juiz para a gestão e a supervisão dos procedimentos relacionados aos precatórios.

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico do Tribunal vem se consolidando ao longo dos anos. Sua revisão é feita anualmente, em busca de objetivos, metas e estratégias norteadoras das ações a serem implementadas no âmbito do Judiciário de Minas. No primeiro semestre da gestão do desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, fez-se a revisão do planejamento. Em seguida, o Órgão Especial aprovou a Resolução 738, de 27 de setembro de 2013, que modificou alguns dispositivos da Resolução 638/2010, que “dispõe sobre o Planejamento Estratégico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais”.

As alterações realizadas aperfeiçoaram os componentes básicos do Planejamento Estratégico: a missão, a visão, os valores, as perspectivas, os temas e os objetivos, que estão disponibilizados no Mapa Estratégico da Instituição.

Além disso, foi desenvolvido o Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação e Comunicação (Petic) pela Diretoria Executiva de Informática, com o suporte do Núcleo Técnico de Tecnologia da Informação (NTTI). Esse planejamento atendeu à Resolução 99 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além de estar alinhado com o Planejamento Estratégico Institucional. Esse trabalho foi apreciado pelo Comitê Estratégico e aprovado pelo Órgão Especial, e sua formalização ocorreu por meio da publicação da Resolução 732, de 27 de junho de 2013.

Outro desdobramento foi o desenvolvimento do Planejamento Estratégico da área de Desenvolvimento de Pessoas, elaborado conforme os requisitos estabelecidos pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e pelo CNJ.

Como resultado do planejamento, vale ressaltar a implementação do projeto Processo Eletrônico do TJMG. Outra ação estratégica a ser destacada é a que culminou com a instituição do Fundo Estadual do Poder Judiciário.

## ORÇAMENTO

Ao final desta gestão, verifica-se uma melhora significativa do orçamento do Judiciário de Minas. O total apresentado em 2012 foi de R\$ 3.386.370.966, sendo R\$ 2,7 bilhões destinados ao pessoal e R\$ 667 milhões às outras despesas correntes e investimentos, valores aprovados pela Lei 20.026, de 10 de janeiro de 2012. Para o ano de 2014, o valor total do orçamento foi de R\$ 4.412.628.512,00, sendo R\$ 3,5 bilhões para pessoal e R\$ 897 milhões para as outras despesas correntes e investimentos. Comparando-se esses valores no espaço temporal de dois anos, verifica-se o crescimento nominal do orçamento geral em 30%, sendo 29% para pessoal e 34% para as outras despesas correntes e investimentos. Destaca-se o significativo crescimento no valor nominal destinado às outras despesas correntes e investimentos em razão da Lei 3.893/2013, que criou o Fundo Estadual do Poder Judiciário.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DESCRIÇÃO	2012 *1		2013*2		2014*3		Evolução 2012 a 2014
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Pessoal	2.718.381.246,00	80,27	3.168.778.780,00	80,70	3.514.997.339,00	79,65	29,30
Custeio	536.229.836,00	15,83	598.373.783,00	15,24	719.404.297,00	16,30	34,16
Capital	131.759.884,00	3,89	159.269.940,00	4,06	178.616.876,00	4,05	35,56
<b>Total</b>	<b>3.386.370.966,00</b>	<b>100,00</b>	<b>3.926.422.503,00</b>	<b>100,00</b>	<b>4.413.018.512,00</b>	<b>100,00</b>	<b>30,32</b>

\*1 Lei nº 20.026, de 10 de janeiro de 2012.

\*2 Lei nº 20.625, de 17 de janeiro de 2013.

\*3 Lei nº 21.148, de 15 de janeiro de 2014.



## FUNDO DO PODER JUDICIÁRIO

Após a aprovação pelo Órgão Especial, o anteprojeto do Fundo Estadual do Poder Judiciário foi encaminhado ao Executivo, por se tratar de lei de sua iniciativa. A ágil tramitação do projeto de lei contou com a atuação diligente da Presidência do TJMG nas negociações com o Executivo e as lideranças do Legislativo, o que culminou com a sua aprovação final. O Fundo Estadual do Poder Judiciário foi criado para a melhoria da gestão de recursos visando ao aparelhamento da instituição: investimentos em obras, informática, materiais permanentes e bens imóveis, entre outros. O Projeto de Lei 3.893/2013 foi aprovado pela Assembleia de Minas e sancionado pelo então governador Antonio Anastasia, transformando-se na Lei 20.802, de 26 de setembro de 2013.

## BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Nesta gestão, registraram-se cerca de 15% de economia nos processos licitatórios. Várias medidas foram adotadas com o intuito de tornar o processo de licitação menos burocrático, extinguindo rigores excessivos e formalidades desnecessárias. Com a simplificação de procedimentos, o êxito das licitações aumentou consideravelmente, o que pode ser traduzido em otimização de tempo e de recursos humanos e financeiros.

Foram realizados dois processos licitatórios para contratar empresa de prestação de serviços terceirizados (conservação, limpeza, jardinagem etc.) para a capital e o interior. Com a adoção de novos critérios para estabelecer o quadro de funcionários, houve redução de custos. Assim, pôde-se contratar 181 novos assistentes administrativos, para 161 comarcas, com mais de 200 processos distribuídos/mês/vara, que não contavam com essa ocupação.

Destaca-se ainda a redução para seis horas da jornada dos adolescentes trabalhadores da Associação Profissionalizante do Menor (Assprom).

*Adolescentes  
trabalhadores:  
jornada reduzida  
para seis horas.*



*Valéria Queiroga*



## Licitações

A economia, no resultado dos processos licitatórios, neste mandato, corresponde a um total de R\$ 96.494.885,84, o que representa redução de 15,13% do valor total estimado para os certames.

Licitações/Lotes adjudicados	219	412
Disponibilidade orçamentária	R\$ 637.427.238,92	
Total geral homologado	R\$ 540.932.353,08	
Valor da economia/Índice	R\$ 96.494.885,84	15,13%

Período: segundo semestre de 2012 a abril de 2014

Os resultados foram obtidos em virtude de várias ações, para melhoria dos processos licitatórios, a começar pela elaboração de estudos e adoção de diretrizes relacionadas a Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e encargos sociais, ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi/Caixa) e ao Sistema Integrado de Protocolo (Sipro). Houve aprimoramento da publicidade e das exigências habilitatórias, como, por exemplo, a determinação dos índices contábeis. Toda a documentação técnica foi disponibilizada no Portal do TJMG, com abolição da necessidade de retirada do CD-ROM no TJMG pelos licitantes; foi exigida a apresentação das planilhas de Composição de Custos Unitários (CCU) apenas para o licitante detentor da melhor proposta técnico-comercial, com base no auto de inspeção do CNJ, e a inclusão da Planilha de Custos de Encargos Sociais. Diante das medidas, obteve-se melhoria da eficácia das licitações de obras e serviços de engenharia (com aumento de 55% para 76% das licitações adjudicadas).

A adoção de melhores práticas, durante a fase interna de aquisições/contratações, foi importante: reuniões unificadas envolvendo as áreas requisitantes, para a redação final dos termos de referência e/ou projetos básicos que comporiam os editais licitatórios; utilização da internet para a pesquisa de preços já contratados por outros órgãos, visando à análise de mercado e à determinação dos valores de referência para os certames licitatórios; implantação do espelho das notas de empenho via sistema do TJMG – Sistema Integrado de Suprimentos (Sisup), eliminando lançamentos repetitivos e otimizando o acesso aos dados de aquisição/contratação; capacitação da equipe em técnicas de formação de preços e análises de mercado; implantação, a partir de janeiro de 2014, de nova página no Portal do TJMG, facilitando a consulta aos processos licitatórios realizados e em andamento.

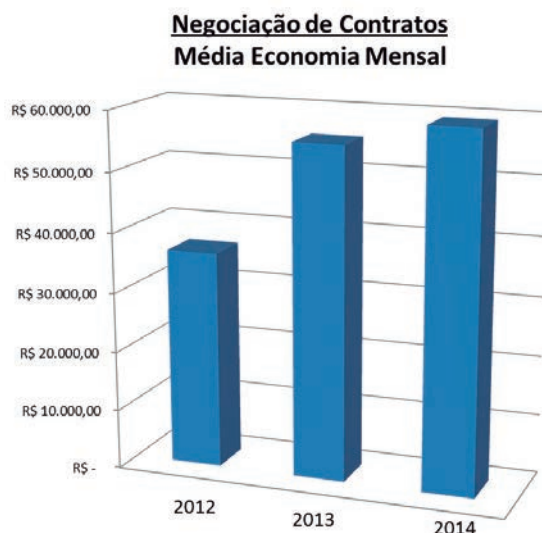
## Contratos

Em 87 dos 586 contratos negociados, ou 15% do total de contratos, houve redução do valor, gerando economia para o Tribunal de Justiça de R\$ 1.122.334,90.

Entre as iniciativas para a melhoria dos processos de contratação, destaca-se ainda a adoção da dispensa de licitação (art. 24, inciso V, da Lei

Federal 8.666/1993), nos casos em que a repetição do procedimento licitatório poderia acarretar prejuízos ao TJMG.

A atuação junto aos fornecedores, visando à eficiência e à correta execução dos objetos contratuais, é outro fato a merecer ênfase, com abertura de processos administrativos em desfavor de fornecedores: cinco no segundo semestre de 2012, 35 em 2013 e 11 até abril de 2014.



ANOS	MÉDIA ECONOMIA MENSAL
2012	R\$ 36.440,94
2013	R\$ 55.525,49
2014	R\$ 59.345,84

CONTRATOS	QUANTITATIVOS	
Contratos negociados	586	
Contratos negociados com redução de valor	87	15%
Economia no período	R\$ 1.122.334,90	

## Iniciativas em andamento

Há estudos, inclusive com a contratação de consultoria externa, visando à proposição de alterações nos procedimentos operacionais das modalidades licitatórias dispostas na Lei Federal 8.666/1993, conforme previsão em seu art. 115.

Iniciou-se o lançamento de licitações para contratação de empresas especializadas para organização de concursos públicos (magistratura, oficiais de justiça, delegação de serviços notariais e estagiários).

## Bens e insumos

Os processos de aquisição de bens oriundos de atas de registro de preços tornaram-se mais céleres e simplificados, com a utilização da nota de empenho como substitutivo do contrato.

Realizou-se pesquisa para avaliar a qualidade dos materiais de consumo. Com os dados, foram revisadas as especificações técnicas dos bens apontados, com o objetivo de melhorar a qualidade das compras.

Para o abastecimento de veículos em viagem, o Tribunal participou, em conjunto com a Seplag/MG, a PMMG e outros 66 órgãos, do Registro de Preços do Planejamento 35-A/2010. Assim, tornou-se viável economicamente o fornecimento de combustível em todo o Estado, por meio da utilização dos postos orgânicos de combustível (nos Batalhões da PMMG), além da futura utilização dos postos do DER/MG, que estão sendo revitalizados. Essa contratação agregou também o gerenciamento do abastecimento, bem como a autorização eletrônica por meio de sistema próprio (Siad).

Neste ano, haverá ainda redução de R\$ 251.985,02 na despesa com a manutenção, em virtude do descarte de 57 veículos mais antigos e onerosos. Foi editada a Portaria 2.828/2013, que dispõe sobre a padronização dos veículos oficiais de representação e institucionais, o que possibilitará a sua renovação em cinco anos.

Adquiriu-se uma máquina termolaminadora, o que, desde o início de 2014, garante a produção de capas processuais com laminação em filme BOPP (polipropileno biorientado), conferindo-lhes maior resistência e durabilidade.

Foram atendidas 145 solicitações de fornecimento de mobiliário e adequações de leiaute, incluindo instalações de novas varas, com a instalação de 4.200 postos de trabalho e a renovação total do mobiliário em 85 comarcas.

Foram feitos 6.437 atendimentos na forma de recolhimentos e montagens de bens, 2.858 atendimentos de reparos no próprio setor requisitante. Internamente, foram produzidos 61 bens, e 3.422 foram reformados.

## Convênios

Fez-se alteração substancial dos convênios que contemplam a consignação em folha de pagamento de empréstimos assumidos por magistrados e servidores, ativos, inativos e pensionistas, uniformizando procedimentos para todas as instituições e facilitando a rotina de trabalho.

Ocorreu ainda mudança substancial dos contratos de cessão de uso de imóvel de propriedade do TJMG (órgão cedente), anteriormente gratuitos, com a inclusão de contraprestação por parte do órgão/entidade cessionária, contemplando as despesas com seguro, manutenção predial, manutenção e instalação de ramais, fornecimento de energia

elétrica, água e esgoto, limpeza, conservação e higienização das áreas cedidas. Foi incluída também, proporcionalmente, a limpeza das áreas comuns, cujo valor tem como base de cálculo o custo anual do m<sup>2</sup> - base 2011, devidamente atualizado pelo fator de atualização monetária da Contadoria Judicial da comarca de Belo Horizonte, válido para março de 2013, aplicado sobre a metragem total cedida.

## Serviços terceirizados

Foram realizados dois processos licitatórios para contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, copeiragem, recepção, apoio operacional e desinfecção de reservatórios e caixas d'água, para as diversas edificações e áreas do TJMG, localizadas na capital e no interior (Licitações 117/2013 e 125/2013).

Estabeleceram-se novos critérios para definição do quantitativo de mão de obra, com redução de empregados, em especial nos serviços de conservação, limpeza e jardinagem, além da redução de jornada de auxiliares de serviços gerais e recepcionistas de 8h48/dia para 8h/dia.

Com a redução de custos, foi possível contratar 181 novos assistentes administrativos para 161 comarcas com mais de 200 processos distribuídos/mês/vara que não contavam com essa ocupação. Antes, apenas 11 comarcas contavam com a colaboração de 49 assistentes administrativos.

Nos novos contratos, há previsão de pagamento de gratificação de acúmulo de função aos auxiliares de serviços gerais, prática permitida pela convenção coletiva dos funcionários, o que possibilita maior eficácia no aproveitamento dos serviços terceirizados.

Está previsto um encarregado de serviços gerais para cada 20 profissionais pertencentes à prestadora de serviço, alocados no mesmo posto de serviço. Investiu-se no aperfeiçoamento da fiscalização efetiva dos cumprimentos das obrigações contratuais pela contratada, para reduzir o número de ações trabalhistas. Realização de visitas programadas ao interior para fiscalização da prestação de serviços terceirizados.

Realizou-se ainda a revisão dos valores e índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários e tributários sobre a mão de obra dos prestadores de serviço.

## Mais serviços

Houve redução da carga horária dos adolescentes trabalhadores, solicitação formulada pela Associação Profissionalizante do Menor (Assprom). A jornada passou de oito para seis horas, sem alteração do salário, o que proporciona aos adolescentes melhores condições de participação em cursos profissionalizantes e de dedicação a sua formação profissional.

Com a contratação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), foi possível agilizar o serviço de autuação/mon-



tagem de processos em várias comarcas e contribuir para integrar os deficientes auditivos no mercado de trabalho.

E ainda: proposta de emenda à Resolução 169/2013 do CNJ, que dispõe sobre serviços terceirizados, no intuito de melhoria na operacionalização desse serviço; edição da Portaria 2.957/2014, que dispõe sobre a fixação de índice de preços e a forma de cálculo para reajustamento de valores de contratos, convênios e ajustes.

## Outras medidas

Além do estímulo para o uso cada vez maior do Sistema de Malotes, menos oneroso, iniciou-se o processo de implantação do serviço e-Carta, que possibilitará o envio célere de documentos oficiais que exigem sigilo, como intimações, notificações, citações judiciais etc. O serviço utiliza o sistema de gestão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

## GESTÃO PREDIAL

Critérios técnicos de prioridade e sustentabilidade norteiam o plano de obras do TJMG. São priorizadas as intervenções consideradas de maior relevância quanto a aspectos físicos, administrativos e jurisdicionais, conforme determinam as Resoluções 114/2010 do CNJ e 689/2012 do TJMG. São 17 obras em execução e 19 em processo de licitação/contratação; além de outras 25 concluídas no período considerado (junho de 2012 a junho de 2014). Houve ainda melhoria dos serviços de manutenção predial, obtida por meio de licitação e formalização de contratos que permitem o atendimento a um extenso número de comarcas em tempo reduzido, otimizando os recursos financeiros e de pessoal.

### Nova sede do TJMG

Uma das grandes conquistas deste mandato foi a aquisição, por meio de desapropriação, do imóvel que vai sediar a Segunda Instância, na avenida Afonso Pena, 4.001, bairro Serra. São 54.823 m<sup>2</sup> de área construída e 18 pavimentos. Edificado em terreno de 15.661,35 m<sup>2</sup>, o imóvel foi declarado utilidade pública em 13 de novembro de 2012 por meio do Decreto Estadual NE-715, publicado no Diário Oficial em 14 de novembro de 2012. O valor da indenização foi R\$ 210.000.000. Os projetos de reforma estão em andamento, e está prevista para 2016 a transferência da área judiciária da Segunda Instância para o novo endereço. Com isso, várias unidades da Primeira Instância da capital passarão a funcionar nos prédios que hoje abrigam a área judiciária e a secretaria do Tribunal de Justiça: anexos I e II da Unidade Goiás e Unidade Raja Gabaglia.

Com o objetivo de cumprir o disposto no artigo 2º da Resolução 114/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e sob orientação da Resolução 687/2012 do TJMG, encontra-se em fase de contratação

empresa especializada para a elaboração de laudos técnicos a partir de vitorias em todas as comarcas do Estado. Com essas informações e os dados relacionados à prestação jurisdicional, será elaborado o novo Sistema de Prioridades de Obras, que irá subsidiar o Planejamento Estratégico do Tribunal.

## Obras

Nesta gestão, foram concluídos os novos fóruns de Açucena, Carmo do Cajuru, Conselheiro Lafaiete, Itamonte, Leopoldina e Santa Luzia, bem como reformas e ampliação nas comarcas de Ibiá, Lambari e Oliveira. Reformas diversas e adaptações (instalação de elevadores, ar condicionado etc.) foram realizadas em Belo Horizonte (galpão Camargos), Buri-tis, Caratinga, Carlos Chagas, Espera Feliz, Extrema, Frutal, Governador Valadares, João Pinheiro, Ouro Fino, Poço Fundo, Ribeirão das Neves e Santa Luzia.

Algumas comarcas terão sede nova em breve. Estão sendo construídos os novos fóruns de Contagem, Divinópolis, Frutal, Itabira, Patos de Minas, São Sebastião do Paraíso, Ubá, Uberaba, Uberlândia e Visconde do Rio Branco. E há mais reformas em andamento nas comarcas de Belo Horizonte (telhado do Fórum Lafayette, Unidade Francisco Sales e anexo da rua Padre Rolim), Itaúna e Varginha.

Outros serviços se encontram na fase de licitação/contratação. Entre eles, pode ser citada a construção de fóruns em Coromandel, Manhuaçu, Ribeirão das Neves, Taiobeiras e Vazante. Também estão nessa fase várias reformas, como as que serão realizadas em Grão-Mogol, Itaguara e no Juizado Especial de Belo Horizonte, entre outras.

Em 15 comarcas, já foram doados terrenos para a edificação de novos fóruns: Araxá, Caratinga, Cambuí, Cássia, Conceição das Alagoas, Formiga, Governador Valadares, Ituiutaba, João Pinheiro, Ouro Preto, Patos de Minas, Poços de Caldas, Tupaciguara, Três Corações e Vazante.

*Novo fórum de Açucena, inaugurado em 26 de novembro de 2012, pelo presidente Herculano Rodrigues, com a presença do então vice-governador Alberto Pinto Coelho.*



Renata Calderia



Renata Caldeira

*Governador Antonio Anastasia, presidente Herculano Rodrigues e juiz José Aluísio Neves da Silva na inauguração do Fórum de Lafaiete, em 13 de maio de 2013.*

Uma empresa foi contratada para desenvolver todos os orçamentos e projetos relativos à acessibilidade (arquitetônico, estrutural, instalações elétricas, instalações hidráulicas), que irão beneficiar 152 comarcas.

De acordo com a tendência mundial de utilizar a internet para reduzir os custos com comunicação, o TJMG está expandindo a rede VoIP. Assim, as chamadas telefônicas entre prédios são feitas através da rede de dados a custo zero. Além desse benefício, há ainda menores gastos com a administração do sistema e maior controle gerencial de despesas. Foi ainda efetuado, nesta gestão, novo contrato de telefonia móvel com a redução de tarifas. Encontra-se, em processo licitatório, nova contratação para telefonia fixa.

### Ações de rotina

Ações rotineiras, como projetos de arquitetura e mudança de leiaute (417, no total), de sinalização (104), de instalações elétricas, hidráulicas e de telecomunicações, projetos para prevenção e combate a incêndio (75), também foram desenvolvidas nesta gestão. Além dessas, ainda há contratação e análise de projetos estruturais, orçamentos, avaliação de imóveis para locação, especificações técnicas para execução de obras, vistorias, entre outras.

Os números dão a ideia do volume de serviço: foram 17.570 atendimentos a ordem de serviço apenas na capital no período de junho de 2012 a abril de 2014. Estão em vigor contratos com empresas especializadas para manutenções prediais em três regiões (RMBH, Triângulo e Sul de Minas), atendendo a 134 comarcas. Está em fase de licitação a contratação de serviços de manutenção predial para mais quatro regiões (sudoeste, Mata, Norte de Minas, leste/Vale do Aço), abrangendo 162 comarcas.

## TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O parque de computadores do TJMG foi ampliado em 12,5%, passando de 17.710 para 20.249 instalados. Reduziu-se o total de computadores com mais de cinco anos de uso, de 28% para 5,5% do total instalado, contribuindo para a diminuição do custo de manutenção dos equipamentos e para melhor produtividade (dados de julho/2012 a maio/2014).

Foi modernizado o parque de impressoras e multifuncionais a laser, com implantação de 5.133 equipamentos, em novo contrato de serviços, que possibilitou a migração de trabalhos anteriormente impressos em matriciais para laser e redução de 34% do total de impressoras matriciais, passando de 7.790 para 5.218 em uso atualmente.

Também foram adquiridos e instalados, com o objetivo de modernizar e melhorar o desempenho, 189 servidores de rede, para as comarcas do interior, e realizada a atualização tecnológica dos equipamentos de rede das comarcas do Estado.

### Banco Estadual de Mandados de Prisão

Foi realizada a integração das informações dos sistemas informatizados do TJMG com o Banco Estadual de Mandados de Prisão (Bemp), criado pelo TJMG, para alimentar o Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em atendimento à Resolução 137/2011. O objetivo é a alimentação automática dos mandados criminais de prisão expedidos pelo TJMG. A solução informatizada foi expandida para contemplar os mandados de prisão civis e está sendo evoluída para propiciar a expedição do mandado diretamente do Bemp, além da integração com o Setor de Arquivo e Informações Policiais (Setarin) da Polícia Civil, que tem como responsabilidade manter o acervo de mandados de prisão cadastrado no Sistema de Informações Policiais (SIP).

### Atestado de Penas e Relação de Sentenciados no Portal

No Portal do TJMG, foram disponibilizados meios para emissão do "Atestado de Pena e da Relação dos Condenados". A emissão através do *site* do Tribunal facilita o acesso por parte dos interessados aos dados relativos aos sentenciados, simplificando o acompanhamento da execução das penas. Com isso é esperada uma diminuição na procura pelo documento nas Varas de Execução Penal, liberando os servidores para executarem outras funções.

### Decisões na internet

Em atendimento à Resolução 121/2010 do CNJ, foi desenvolvida solução informatizada que permite a publicação, na rede mundial de computadores, do inteiro teor de sentenças e decisões judiciais de processos que não tramitam em segredo de justiça.



## Outras ações da Diretoria de Informática

### Sistema para emissão de guias

Foi desenvolvido e disponibilizado, em 08/07/2013, para todas as comarcas do Estado, o sistema de emissão de Guias de Recolhimento de Custas e Taxas Judiciárias (GRCTJ) por meio do Portal do TJMG.

### Sistema de gestão para o extrajudicial

Houve grande evolução no Sistema Informatizado de Gestão dos Serviços Notariais e de Registro (Sisnor), que passou a integrar os módulos relacionados à gestão de serventias, como Declaração de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária (DAP), Receitas e Despesas, Controle de Selos Físicos, Central de Atos e Selo de Fiscalização Eletrônico. O volume de dados da central de atos passou de 146.745 atos transmitidos pelas serventias, de maio de 2008 até agosto de 2012, para quase 2,5 milhões de atos transmitidos até 12/05/2014.

### Selo de Fiscalização Eletrônico

O Selo de Fiscalização Eletrônico está implantado em 23 cartórios de Ofício de Registro de Imóveis e em dois Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais. O sistema proporciona a melhoria do controle e da fiscalização dos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, permitindo a validação da autenticidade do ato através de consulta ao Portal do TJMG, dando maior transparência e segurança para o público. Além de reduzir o custo atual com a confecção e distribuição dos selos em papel, gerando uma economia anual de aproximadamente R\$1.260.000,00 para o TJMG, reduz também o extravio e furto de selos, aumenta a arrecadação da Taxa de Fiscalização e viabiliza a emissão de documentos eletrônicos pelas serventias.



### **Expansão do Malote Digital**

O Sistema Malote Digital CNJ já está implantado em 104 comarcas, além da Corregedoria-Geral de Justiça, Superintendência Judiciária, cartórios judiciais da Segunda Instância e cartórios extrajudiciais, como meio de comunicação oficial. Até agosto de 2014, todas as demais comarcas do Estado receberão a implantação e o treinamento do sistema, o que representará grande economia para o TJMG com a redução do uso de papel e malote para as comunicações oficiais.

### **Sistema de Gestão dos Depósitos Judiciais**

Está em desenvolvimento o Sistema de Gestão dos Depósitos Judiciais (Depox), projeto desenvolvido pelo Banco do Brasil para o TJMG. Por meio desse sistema, a alta administração, as diretorias executivas, os magistrados e os diretores de secretaria poderão ter melhor controle das guias de depósito judicial, alvarás de levantamento e precatórios judiciais vinculados a processos do Tribunal. O sistema está sendo desenvolvido em fases. A primeira, acolhimento de guia de depósito judicial, já está em funcionamento.

### **Emissão de certidões judiciais**

Encontra-se também em andamento a adequação dos sistemas judiciais para atender à Resolução 121/2010 do CNJ, que visa às emissões de certidões judiciais, cíveis e criminais, positivas e negativas. O desenvolvimento da emissão de certidão negativa, via internet, está em fase de aprovação junto às áreas de negócios do TJMG, com previsão de funcionamento em junho/2014.

### **Requisições de Pequeno Valor**

Está em desenvolvimento sistema para o cadastro e expedição de ofício das Requisições de Pequeno Valor (RPV) pelas Secretarias de Primeira Instância, e para a geração de relatórios gerenciais para controle e fiscalização das RPs emitidas pela Assessoria de Precatórios.

## **Iniciativas para o aprimoramento institucional**

### **Biblioteca Digital**

Implantado em junho de 2013, o sistema de Biblioteca Digital do TJMG representa considerável economia, pois disponibiliza informação, em rede, 24 horas por dia, inclusive para acessos simultâneos, independentemente do número de usuários.

### **Controle de água e esgoto**

Em março de 2014, foi implantado um sistema para controle de custos de água e esgoto, em todas as edificações do TJMG, para maior controle do consumo de água, nas edificações do TJMG, além de permitir a integração destas informações com o Sistema de Apoio à Gestão (SAG).

### **Correio eletrônico**

No 2º semestre 2014, será concluída a expansão do serviço de correio eletrônico, para atendimento da Primeira e da Segunda Instância do Tribunal, com acesso a todos os servidores e prestadores de serviço.

### **Programa ProRH**

Foi criado um grande projeto (programa), para coordenar todas as ações de reestruturação do atual sistema de RH, de modo a atender às necessidades relativas à Administração de Recursos Humanos e Desenvolvimento de Pessoas, além das necessidades das comarcas, de magistrados e servidores.

Inicialmente, o programa abrange mais de 40 projetos. Alguns já estão em andamento. A priorização e os cronogramas dos projetos serão determinados e aprovados por uma comissão formada por servidores da Informática e das áreas envolvidas.

Entre os resultados esperados, destacam-se a ampliação das funcionalidades e serviços do sistema, bem como de sua amplitude, para atender melhor as áreas diretamente envolvidas, além das necessidades de gestão de recursos humanos em todo o Tribunal. Outro benefício é a ampliação dos serviços e informações disponibilizados, através da Rede/Intranet, a magistrados, servidores, estagiários, gestores e à direção e administração dos foros das comarcas (controle eletrônico do registro de ponto dos servidores das comarcas, cadastro eletrônico e controle da avaliação de desempenho de servidores, solicitação eletrônica e acompanhamento de requisições, como compensação de banco de horas e marcação de férias, entre outros). Ressalta-se ainda a redução do consumo de papel e dos custos com cópias, impressões, malotes e correspondências, em alinhamento com o programa de Sustentabilidade Legal do TJMG, entre outras melhorias.

### **Sistema do CAJ**

Outro sistema em desenvolvimento é o que irá dinamizar o funcionamento do Centro de Apoio Jurisdicional da Comarca de Belo Horizonte (CAJ) e com isso melhorar o desempenho dos magistrados que estiverem substituindo ou cooperando na comarca de Belo Horizonte.

### **Informações estratégicas**

Está em fase final de implantação o Sistema de Informações Estratégicas do Judiciário (Sijud), para extrair e consolidar dados gerenciais e estatísticos dos sistemas judiciais existentes, cruzando informações e montando relatórios em níveis de detalhamento mais sofisticados. Seu objetivo é facilitar a tomada de decisões administrativas e estratégicas do TJMG, bem como atender a demandas dos públicos interno e externo, composto por pesquisadores, imprensa, CNJ e por outros órgãos parceiros, como o Ministério Público. O produto final será um sistema capaz de gerar relatórios estatísticos e gerenciais, a partir de diferentes origens de dados (SISCOM, SIAP, SISTEMA CNJ, entre outros), utilizando o conceito tecnológico de "armazém de dados" (Data Warehouse).

## Certidão para a Advocacia Geral do Estado (AGE)

Está em fase final o desenvolvimento da solução informatizada para a captação, armazenamento e envio eletrônico da Certidão de Não Pagamento de Despesas Processuais (CNPDP) à Advocacia Geral do Estado (AGE).

## Mais ações

É preciso destacar ainda a adoção de várias outras ferramentas, entre elas, a de pesquisa dos atos normativos, no portal do TJMG, com melhoria dos critérios de busca e apresentação dos resultados; gestão das reclamações de cidadãos recebidas nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos, na fase pré-processual (1.942 reclamações/dúvidas recebidas até 12/05/2014); digitalização dos precatórios, concluída em dezembro de 2012; o Alvará de Soltura Eletrônico (ASE), já adotado nas comarcas de Belo Horizonte, Uberaba e Uberlândia, foi estendido para Igarapé e Ribeirão das Neves.

E ainda: distribuição automática, para os plantões de *habeas corpus*; inclusão das decisões da Presidência, em processos de suspensão de liminares, de sentenças e antecipação de tutela, no sistema Themis, com mais agilidade para a publicação e facilidade de acesso à íntegra da decisão; criação do "Indica TJ", como ferramenta para controlar o número de ações, em trâmite na Justiça Estadual, que dizem respeito aos interesses do TJMG, entre várias outras iniciativas, desenvolvidas em parceria com as diversas áreas da instituição.

## GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Um dos destaques deste mandato foi o ingresso de 96 juízes de direito e de 1.286 servidores na Primeira Instância e na Segunda Instância. Foram instituídos 795 novos cargos de assessoramento para magistrados. Todos os passivos das promoções verticais dos servidores (de 2007 a 2011) foram quitados nesta gestão.

### Magistrados

No tocante a magistrados, registra-se o ingresso de 96 juízes no Judiciário de Minas. Foram empossados 19 desembargadores, sendo 17 juízes promovidos e dois desembargadores originários do 5º constitucional (oriundos das carreiras do Ministério Público ou da Advocacia). No total, foram 50 desligamentos de magistrados (aposentadorias e exonerações); 172 foram promovidos e houve também a remoção de 172 juízes de direito.

A implementação do auxílio-alimentação para os magistrados foi outra iniciativa desta gestão (Resolução 702/2012). Como determina a resolução, a atualização do valor mensal do auxílio-alimentação será feita por meio de portaria, tendo por base a variação acumulada de índices oficiais, os valores adotados por outros órgãos públicos e a disponibilidade financeira e orçamentária do TJ.



## Servidores

Foram nomeados 571 candidatos dos concursos regidos pelos Editais 01/2009 e 01/2013, para provimento de cargos da Primeira Instância. No mesmo período, houve desligamento (aposentadorias e exonerações) de 501 servidores. Na Segunda Instância, houve nomeação de outros 715 servidores efetivos e comissionados, com 389 desligamentos.

A Lei 20.842/2013 criou 150 cargos de provimento em comissão de assessor de juiz para atuação junto aos magistrados de segunda entrância e entrância especial. Instituiu também 515 funções de confiança de assessoramento para os magistrados de primeira entrância e do Sistema dos Juizados Especiais, de recrutamento limitado. A referida lei vem sendo implementada de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira. Já foram providos 33 cargos de assessor de juiz, além de 226 funções de confiança de assessoramento de juiz de primeira entrância e do Sistema dos Juizados.

A Lei 20.865/2013 criou 130 cargos de assessor judiciário, de recrutamento limitado, para assessoramento aos desembargadores, cujo provimento já foi autorizado.

Foram também criados 1.557 cargos comissionados, de recrutamento limitado, para a Justiça de Primeira Instância, sendo 320 cargos de gerente de contadoria e 1.237 cargos de gerente de secretaria, todos de recrutamento limitado, nos termos da Lei 20.865/2013, além de 1.100 cargos efetivos de oficial de apoio judicial e cem cargos efetivos de oficial judiciário, conforme a Lei 20.964/2013. O provimento desses cargos ainda não foi autorizado em face de restrições orçamentárias. Foram criados ainda, nos termos dessa mesma lei, 16 cargos comissionados com vistas à atualização da estrutura organizacional da Superintendência Judiciária (Sejud) e da Corregedoria-Geral de Justiça.

### Mais ações

Outras ações a serem enumeradas: quitação de todos os passivos relacionados às promoções verticais dos servidores (PV 2007, quitação em junho de 2013; PV 2008, quitação em agosto de 2013; PV 2009, 2010 e 2011, quitação em dezembro de 2013); aumento do vale-refeição, adotando-se o mesmo valor pago aos magistrados de R\$ 710,00 (Portaria 2.893/2013); majoração do auxílio-creche para R\$ 308,00 (Portaria 2.944/2013); pagamento de abono aos servidores no valor de R\$ 130,00.

## Saúde no trabalho

Exames médicos periódicos foram realizados em 121 comarcas, com a participação de 3.266 magistrados e servidores. Houve ainda 14.874 atendimentos médicos clínicos nos Polos Regionais de Saúde (há 14 polos em Minas Gerais), para fins admissionais, concessão de licenças, isenção de imposto de renda e atendimentos de ocorrências no trabalho.

Desenvolveram-se ações de qualidade de vida em Itabira e Mariana, abrangendo 69 magistrados e servidores. Trata-se de atividades planejadas e desenvolvidas por psicólogos, dentistas e enfermeiros, que envolvem implantação do ambiente livre de tabaco, prevenção ao câncer bucal, oficinas de saúde emocional e palestras sobre a implementação de hábitos saudáveis.

O Programa de Atenção à Saúde do Trabalhador é uma ação desenvolvida pela equipe de enfermagem, para incrementar o exame periódico de saúde. De junho de 2012 a abril de 2014, foram contempladas 26 comarcas, com 517 participantes.

Pilares da promoção de saúde são trabalhados no Programa Viva Bem – Mudando sua Postura de Vida. São enfocados bons hábitos para uma vida saudável: reeducação alimentar, equilíbrio emocional e atividade física. A ação foi oferecida para todas as comarcas do interior, na modalidade à distância (EAD), com a participação de 200 servidores, e para a capital, na modalidade presencial, com a participação de 94 servidores.

Avaliações ergonômicas foram feitas em 26 comarcas, abrangendo 46 avaliações setoriais e 86 postos de trabalho. Outras realizações a serem citadas: campanhas de vacinação; continuidade do Programa de Ginástica Laboral, desenvolvido em todas as edificações da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância da capital; eventos do Dia Mundial sem Tabaco; campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul.

*Palácio da Justiça  
iluminado para o  
Novembro Azul*



*Marcelo Albert*

## DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

A gestão de 2012-2104 foi marcada por relevantes avanços nas atividades voltadas para o desenvolvimento de pessoas, como a aprovação do Plano Educacional da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef): "Educação para o Desenvolvimento Profissional e Excelência do Tribunal de Justiça Mineiro". Neste plano, as ações educacionais para a formação e o desenvolvimento de pessoas foram estruturadas em três linhas de desenvolvimento: formação inicial, continuada e avançada.

Nesta gestão, foram aprovadas 55.886 pessoas, entre magistrados e servidores, nos concursos públicos realizados, e aprovados 5.834 estagiários na capital e no interior. Os cursos de formação inicial e permanente tiveram 41.365 participações.

Realizou-se a alteração do concurso para a magistratura, que deixou de conter o curso de formação inicial como fase, passando a ser ministrado para juízes e não mais para candidatos.

Atenção especial foi dada à ampliação da Educação a Distância (EAD), como forma de atender às necessidades do interior, com custos reduzidos. A Escola Judicial integrou a formação da EAD da Rede de Escolas de Administração Pública.

Houve aprovação e início da implementação do Programa de Preparação para Aposentadoria, buscando amparar as necessidades do alto número de servidores que já dispõem dos requisitos para aposentadoria.

### Recrutamento e seleção

Quatro concursos foram encerrados: um concurso para a magistratura, um concurso para servidores da 2ª Instância e dois concursos para os Serviços Notariais e de Registro.

O concurso para oficial de justiça avaliador teve 32.186 candidatos selecionados.

E, para suprir a constante carência de magistrados, iniciou-se novo concurso para a magistratura (Edital 03/2013) e para os serviços extrajudiciais (Edital 01/2014).

### Formação inicial

Foram realizadas 68 atividades para a formação inicial dos servidores e magistrados, sendo capacitadas 4.156 pessoas, num total de 1.446 horas. No ano de 2012, foram capacitadas 1.504 pessoas, em 297 horas. No ano de 2013, foram capacitadas 1.761 pessoas, em 901 horas e, no ano de 2014, até abril de 2014, 891 pessoas, em 249 horas. Há seis cursos em andamento, com um total de 175 horas, que serão concluídos até o fim desta gestão.

## Formação permanente

A formação permanente de magistrados e servidores, entre capital e interior, realizou 396 atividades, com 36.375 participações e 7.594 horas-aula. Importante iniciativa foi a promoção do curso de pós-graduação em "Gestão de Negócios em Organizações Públicas", em parceria com a Fundação Dom Cabral, nas dependências da Escola Judicial, direcionado para magistrados e servidores, com carga horária de 432 horas-aula.

## Acompanhamento das carreiras

Iniciou-se a implantação do modelo de Gestão por Competências. O programa, direcionado aos magistrados e aos servidores, está segmentado em oito etapas distintas: a primeira etapa de mapeamento das competências gerenciais foi iniciada e concluída nesta gestão.

Foi feito o acompanhamento na lotação, movimentação e a avaliação de desempenho e da carreira dos servidores dos quadros da Secretaria do TJMG, bem como a apresentação de subsídios ao Órgão Especial relacionados ao critério "aperfeiçoamento técnico", para a promoção por merecimento dos magistrados.

Os editais dos processos classificatórios de promoção vertical dos servidores foram publicados dentro dos prazos previstos na Resolução 367/2001, regularizando, assim, os exercícios anteriores que estavam atrasados.

## Programa de estágio

Mais de 5,5 mil estudantes, em todo o Estado, tiveram a oportunidade de participar de situações reais de trabalho, por meio do estágio oferecido, no período de julho de 2012 a julho de 2014.

Nessa gestão, foram também iniciadas as seleções públicas para estagiários, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Foram aprovados 4.163 estagiários no interior e 1.671 na capital, num total de 5.834. Os selecionados estão sendo chamados à medida da necessidade, visando ao preenchimento de vagas nos quadros de estagiários.

A Escola Judicial é responsável pelo recrutamento, seleção, acompanhamento e pagamento de todos os estagiários da Secretaria do Tribunal, inclusive de parte dos estagiários da 1ª Instância.

## ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA

A revisão da Lei de Organização e Divisão Judiciárias (Lei Complementar 59/2001), a revitalização do logotipo do TJMG, o controle das ações judiciais que envolvem os interesses do TJMG, com a criação do campo "Indica TJ", no Siscom, e o fortalecimento das relações institucionais

com o Executivo e com o Legislativo, por meio de novas parcerias, estão entre as iniciativas que merecem ênfase especial. As equipes que assessoram a Presidência se empenharam para implementar mudanças e aprimorar a instituição e seus serviços.

## Assessoria Jurídica

Para facilitar o controle das ações judiciais que envolvem os interesses do TJMG, foi criado o campo "Indica TJ", no Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas (Siscom), na tela de cadastramento das partes, quando a demanda envolver questões afetas ao Judiciário Estadual. O objetivo é mapear essas ações judiciais, a fim de facilitar o trabalho da Assessoria Jurídica da Presidência (Aspre), no controle e acompanhamento das referidas ações, a cargo da Advocacia Geral do Estado (AGE), por meio de relatórios com o indicativo das demandas ajuizadas a cada mês. Em setembro de 2013, foi contabilizado um total de 1.618 ações judiciais em curso (ações ordinárias e mandados de segurança).

### Estatísticas

No total, 2.422 procedimentos foram elaborados pela Assessoria, no trabalho de assessoramento jurídico ao presidente, no exercício de sua competência administrativa e jurisdicional.

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE
Decisões em Processos Administrativos e Sindicâncias	124
Decisões em Suspensões	349
Votos em Agravos Internos interpostos contra decisões proferidas em Pedidos de Suspensão	176
Informações em Mandados de Segurança (Presidente como autoridade coatora)	275
Informações prestadas à AGE para subsidiar a defesa do TJMG	750
Despachos para cumprimento de decisões judiciais	464
Pareceres	12
Embargos de Declaração interpostos contra decisões do presidente	17
Cartas Precatórias de outros tribunais e Cartas de Ordem do STJ e do STF	159
Informações em <i>Habeas Corpus</i> impetrados no STJ e no STF	96
<b>Total</b>	<b>2.422</b>

A Aspre acompanha as ações judiciais de interesse do Tribunal, patrocinadas pela AGE. Não só presta as informações necessárias, colhendo a documentação pertinente, como também acompanha o desfecho da lide.



## Sistemas

Com a implantação do Sistema Themis, em fevereiro de 2013, as decisões proferidas pelo presidente, nos exames de pedidos de suspensão de sentenças, liminares e tutelas antecipadas e respectivos recursos interpostos contra as mesmas (agravos internos e embargos de declaração) passaram a ficar disponíveis no referido sistema.

O Sistema de Informação da Gestão Eletrônica de Documentos (Siged) foi adotado na Aspre em abril de 2013, para digitalizar o acervo de documentos (2.370 dossiês), eliminando-se, assim, todos os impressos em papel. Por outro lado, o uso do Malote Digital acelerou a comunicação do setor com os outros órgãos do TJMG, com outros tribunais e com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

## Assessoria de Comunicação

O novo Portal e a nova Rede TJMG foram implantados, tendo sido publicadas na internet mais de 2,5 mil notícias e 2,4 mil informes sobre temas de interesse, como concursos, plantões, novos serviços, entre outros. O logotipo da instituição foi revitalizado, e o Programa Conhecendo o Judiciário chegou a mais de 10 mil estudantes. Essas estão entre as ações de destaque da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom), que também instituiu a página do TJMG nas redes sociais, contabilizando mais de 4,5 milhões de visualizações. As iniciativas são desenvolvidas, de forma conjunta, por profissionais das áreas de relações públicas e cerimonial, imprensa, publicidade e comunicação visual, comunicação para a gestão institucional, com o necessário empenho da equipe de apoio administrativo.

*"Imagens do Judiciário":  
exposições itinerantes para  
mostrar boas práticas do TJMG.  
A primeira, "Crime e Saúde Mental",  
lançada em agosto de 2013,  
busca disseminar o Programa  
de Assistência Integral ao  
Paciente Judiciário  
Portador de Sofrimento  
Mental, Pai-PJ.*

Soraia Costa



## Relações públicas e cerimonial

Com o objetivo de levar a realidade da Justiça ao público de forma educativa e didática, a Ascom levou o Programa Conhecendo o Judiciário a mais 10 mil estudantes dos ensinos médio e universitário, por meio das visitas orientadas ao TJMG e ao Fórum Lafayette e das visitas de juízes às escolas. O programa também alcança comarcas do interior do Estado.

Mais de cem solenidades e eventos foram planejados e executados ou apoiados pela unidades da Goiás e do Fórum Lafayette. Entre essas, destacam-se o 2º Seminário Nacional sobre Conciliação e Mediação do Conselho Nacional de Justiça; a solenidade de entrega da Medalha Ruy Gouthier de Vilhena; a solenidade de instalação do Núcleo de Apoio à Prestação Jurisdicional do Interior (Napi); a solenidade de instalação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas varas cíveis da comarca de Belo Horizonte; a cerimônia de hasteamento das bandeiras e instalação do Gabinete da Presidência na nova sede do TJMG, na avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte; mais de 20 solenidades de instalação de varas e inauguração de obras em comarcas do interior.

Entre as atividades do Espaço Sociocultural do TJMG, foram promovidas a 17ª e a 18ª Semana do Servidor, em 2012 e 2013. Na primeira, o tema da campanha foi "Sou Servidor. Faço parte desta História". No ano seguinte, com o tema "Você é o Show", houve também homenagem aos servidores que completaram 30 anos de serviço. Realizou-se ainda a 5ª Corrida e Caminhada De Bem com a Vida (2012) e a campanha Papai Noel dos Correios (2012 e 2013), iniciativa desta empresa que conta com a parceria do TJ para a arrecadação de presentes de Natal para crianças em situação de vulnerabilidade social.

No Espaço Cultural Fórum Lafayette, organizaram-se oito mostras da Galeria de Arte nesta gestão. Por meio do projeto Talento Forense, houve duas edições da Semana da Poesia, em comemoração ao Dia Nacional da Poesia, em 14 de março. O projeto Comunidade & Justiça teve três apresentações artísticas; e o projeto Encantando a Justiça, uma apresentação.

Prestou-se ainda apoio de cerimonial a eventos diversos nos quais o Tribunal de Justiça ou seu representante oficial participou.

## Imprensa

Na atual gestão, foram publicadas 2.534 notícias no Portal TJMG, entre *releases* de decisões judiciais e notícias institucionais, elaboradas pelas Unidades Goiás, Raja e Fórum Lafayette. Foram atendidas cerca de 10 mil demandas de jornalistas, editadas cerca de 490 páginas de notícias para o jornal "Minas Gerais", divulgados 90 esclarecimentos para a imprensa. Editaram-se ainda as publicações "TJ na Mídia" e "TJMG Informativo".

O trabalho da Ascom resultou ainda na inserção do TJMG em veículos externos de comunicação. Só em 2013, 10.112 matérias e menções ao

Judiciário estadual de Minas foram verificadas em publicações impressas, na internet e em emissoras de rádio e TV, o que corresponde, em média, a 27 referências diárias. Dessas, 38% – 3.847 – originaram-se das sugestões de pauta do setor de imprensa.

Semanalmente, o TJMG participa do programa “Conexão Inconfidência”, da rádio de mesmo nome, e produz o “Justiça em Questão”, programa exibido na TV Justiça e na TV Horizonte. São postadas notícias, além da coordenação da interação com o público, nas páginas do TJMG no Twitter, com 3.220 seguidores, no Facebook, com 6.600 curtidas na *fanpage*, e no Youtube, com mais de 4,5 milhões de visualizações.

Houve acompanhamento de julgamentos de grande repercussão, entre eles o caso do massacre em Felisburgo e o da quadrilha que ficou conhecida como o bando da degola (2013). Outro julgamento de destaque na mídia nacional – e internacional – foi o do ex-goleiro Bruno Fernandes pela morte da modelo Eliza Samúdio, na comarca de Contagem. Através do Twitter, as informações foram divulgadas em tempo real. Na comarca, foi montada uma sala de imprensa, na qual mais de cem profissionais se revezavam para ter acesso ao caso.

O 5º Seminário Judiciário para Comunicadores, destinado a estudantes, profissionais de comunicação e outros interessados, abordou, em 2013, o tema “Crime e Saúde Mental”. O objetivo do seminário é aproximar o Judiciário dos profissionais da mídia, facilitar o trabalho dos jornalistas e aprimorar a cobertura de temas jurídicos.

Os primeiros 20 pontos do projeto de mídia interna (TV *indoor*), para veicular diariamente conteúdo exclusivo e notícias institucionais nos diversos prédios da instituição, foram ativados em junho de 2014.

Outro avanço desta gestão foi a disponibilização das fotografias de eventos e outras ações do TJMG no Flickr, facilitando a visualização de todos interessados.

## Publicidade e comunicação visual

A revitalização do logotipo do TJMG é um dos destaques desta gestão. A marca agora está mais leve, devido ao uso do triângulo de apenas uma cor e da mudança da fonte. Além disso, os reflexos inseridos no triângulo e o uso da cor vermelha, cor oficial da bandeira do Estado de Minas Gerais, demonstram modernidade aliada à tradição.

*Logotipo do TJMG  
foi revitalizado  
nesta gestão.*



No período de julho de 2012 a março de 2014, a equipe que atua na Unidade Goiás desenvolveu aproximadamente 1.500 trabalhos, entre campanhas institucionais, criação de papelaria institucional (cartões de visita e social), convites e placas para solenidades, notícias para o mural cultural e material de divulgação dos programas institucionais (logomarcas, pôsteres, panfletos, cartazes, cartilhas, entre outros). O núcleo da Ascom Fórum também desenvolveu diversos trabalhos de comunicação visual para setores do Fórum da capital e da Corregedoria.

Do total dos trabalhos, 28% foram vinhetas e topos de página para divulgação de ações institucionais no Portal TJMG, que, a partir de novembro de 2012, passou a ter um novo leiaute. Essas peças virtuais têm grande evidência na arquitetura da página do Tribunal, contribuindo para seu dinamismo e representando um ótimo recurso de comunicação.

Como exemplos de campanhas de comunicação, podem ser citadas: Processo Judicial Eletrônico (PJe/Projudi), Justiça Integrada ao Povo pelo Processo Eletrônico (Jippe), captação de voluntários para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, segurança e fraude na internet, Justiça Restaurativa, Outubro Rosa, Centro de Reconhecimento de Paternidade (CRP), Semana do Servidor, entre outras.

Foram criadas também onze logomarcas específicas para ações do TJMG, entre elas, Jippe, Núcleo de Apoio à Prestação Jurisdicional do Interior (Napi), CRP, Programa Justiça em Questão e Ouvidoria.

A atuação dos profissionais de publicidade e comunicação visual foi necessária em mais de 75% das iniciativas estratégicas do TJMG em que a Ascom teve participação.

## Comunicação para a gestão institucional

Na atual gestão, concretizou-se a reformulação da estrutura de navegação, a organização e a migração de conteúdos para a implantação do novo Portal e Rede TJMG, que, juntamente com a produção de novos conteúdos, totalizaram 70 mil publicações virtuais no período.

A segmentação de informações e a implantação de novos serviços e funcionalidades no Portal possibilitou o cadastro de mais de 8 mil usuários para recebimento direto de notícias, informes e agenda.

Na promoção do relacionamento direto do Tribunal de Justiça com a sociedade, o atendimento por meio do canal "Fale Conosco" contabilizou 27.059 *e-mails* recebidos. Desse total, a Assessoria de Comunicação forneceu resposta imediata a 19.536 mensagens e respondeu 5.772 após encaminhamento a outros setores. Outros 1.751 *e-mails* foram redirecionados e respondidos pelas próprias unidades organizacionais.

O "Fale com o DJe" (Diário do Judiciário Eletrônico) recebeu e atendeu mais de 700 *e-mails*. Desse total, 407 cidadãos, 207 advogados e 95 servidores apresentaram dúvidas que foram respondidas prontamente pela Ascom.



Para apoiar a comunicação dos gestores com suas equipes e favorecer o entendimento de mudanças organizacionais, foram veiculadas 154 edições do “Boletim Gerencial” e mais 30 publicações extraordinárias.

Houve produção de boletins específicos sobre os seguintes assuntos: metas nacionais, Jippe, sistema Themis, recursos provenientes de penas pecuniárias, correição parcial, diárias de viagens, expansão do DJe, publicação de sentenças e despachos na internet, censo do Poder Judiciário, exame de DNA e edital de remoção de servidores, entre outros.

## Apoio administrativo

Para o sucesso do trabalho, é fundamental a organização e o suporte logístico às ações de responsabilidade da Ascom, visando à realização de eventos, à distribuição de peças e produtos de comunicação, à organização, preservação e acessibilidade de documentos administrativos produzidos pela área. Para se ter uma ideia do volume de trabalho, foram cerca de 36 mil convites expedidos, 66 mil exemplares do “TJMG informativo” distribuídos, 500 mil etiquetas emitidas e 7.200 arquivos editados e publicados no Diário do Judiciário Eletrônico (DJe).

## :: Secretaria das Comissões Permanentes

Da instalação de novas unidades jurisdicionais à ampliação dos quadros de magistrados e servidores; da criação ou transformação de cargos à revisão de subsídios de magistrados e vencimentos de servidores, ou à instituição do prêmio de produtividade para servidores; da regulamentação de leis, como a Lei Complementar 116/2011 (Assédio Moral), ou a Lei Federal 12.527/2011 (Acesso à Informação), à instituição do Fundo Estadual do Poder Judiciário – essas e outras várias mudanças exigem a elaboração de atos normativos ou de propostas de lei, que estão a cargo das Comissões Permanentes, compostas por desembargadores, com o assessoramento da equipe da Secretaria Especial da Presidência – Comissões Permanentes.

No TJMG, atuam as seguintes comissões: Comissão Administrativa, Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, Comissão de Regimento Interno, Comissão Salarial, Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças e Comissão de Recepção de Autoridades, Honraria e Memória, cada uma delas com suas atribuições específicas, previstas no Regimento Interno do Tribunal.

De todo o trabalho realizado, pode-se citar a revisão da Lei de Organização e Divisão Judiciárias (Lei Complementar 59/2001). O projeto de lei foi encaminhado à Assembleia de Minas, em fevereiro de 2014, transformando-se no Projeto de Lei Complementar 59/2014, em tramitação no Legislativo. A última revisão dessa lei havia sido feita em 2008.

## Volume de trabalho

Os números mostram o volume de trabalho da equipe da secretaria e dos integrantes da Comissão. Durante a atual gestão, 179 processos foram distribuídos para tramitação. Desse total, 44 processos foram encaminhados para a Comissão Administrativa do TJMG, 76 para a Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, 18 para a Comissão de Regimento Interno, 21 para a Comissão Salarial, 9 para a Comissão de Orçamento e 11 para a Comissão de Recepção de Autoridades, Honraria e Memória.

Foram encaminhados à Secretaria das Comissões Permanentes pela Presidência expedientes relacionados a diversas matérias para análise, emissão de parecer, autuação ou outras providências. Em 2012, foram 258 expedientes, sendo que 242 já foram solucionados e 16 se encontram em tramitação. Em 2013, 482 expedientes, sendo que 441 foram solucionados e 41 em tramitação. Em 2014, foram 222 expedientes, dos quais 185 já solucionados e 37 encontram-se em aberto.

## :: Relações Institucionais

No campo do relacionamento institucional, seguindo orientação do CNJ, foi implantada uma estratégia de articulação com os principais elos institucionais do TJMG, nomeadamente, o Poder Executivo e o Legislativo. Com a publicação da Portaria 2.874/2013, que fixou as diretrizes para as ações de relacionamento institucional, foram realizadas reuniões internas visando à aplicação da metodologia de mapeamento

*Reunião entre as equipes do TJMG e da Assembleia*



*Marcelo Alberti*

de *stakeholders* (elos), bem como identificar as demandas e gargalos de relacionamento institucional dos projetos desenvolvidos pelo Tribunal. Identificados os potenciais de cooperação, foram concentrados esforços para criar as condições institucionais adequadas à formalização de parcerias, tendo como eixo as iniciativas, projetos e ações estruturadoras constantes do Planejamento Estratégico do Tribunal.

Por demanda do Tribunal de Justiça, foram realizadas duas “oficinas institucionais”, uma com o Poder Executivo e outra com o Legislativo. Como resultado desse esforço, doze parcerias foram propostas, sete com o Poder Executivo e cinco com o Poder Legislativo, em áreas que envolvem ações de aprimoramento da gestão institucional, instalação de Centros Judiciários de Solução de Conflito e Cidadania, implantação do Programa Sustentabilidade Legal e da iniciativa Otimização da Gestão Documental, entre outras. Dois termos de cooperação, inéditos por vincular institucionalmente órgãos e entidades do Poder Executivo e Legislativo ao Poder Judiciário, em um mesmo ato que tem por objeto cooperações em áreas diversificadas de atuação, encontram-se em fase final de formalização e representam a pavimentação dos canais institucionais para o aprimoramento do relacionamento institucional do Tribunal.

## SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Em 2012, foi concluído o Projeto de Segurança dos Fóruns, com o objetivo de proporcionar um ambiente de maior segurança para magistrados, servidores e jurisdicionados. O projeto tem ainda o intuito de resguardar as informações e o patrimônio do Judiciário. O primeiro passo visando à sua efetivação foi a implantação, em fevereiro de 2014, da Central de Monitoramento no Fórum Lafayette, na capital, setor que, atualmente, abrange seis comarcas. No futuro, todas as circunscrições judiciárias serão atendidas.

A implementação do projeto-piloto de segurança exigiu a instalação de sistemas de segurança, incluindo alarmes, circuitos fechados de TV e controle de acesso, além da estruturação da sala de monitoramento do Fórum Lafayette. Já foi homologada a licitação para fornecimento e instalação de circuitos fechados de TV em mais 130 comarcas.

Paralelamente, foram instalados equipamentos em diversas comarcas (127 alarmes eletrônicos, além de nove circuitos fechados de TV e nove portais detectores de metais).

### Atendimentos

De julho de 2012 até abril de 2013, foram realizados pelo Centro de Segurança Institucional (Cesi), através de suas assessorias, 653 atendimentos:



Renata Cabreira

Presidente Herculano e autoridades na instalação do Centro de Monitoramento de Segurança no Fórum Lafayette, em 11 de fevereiro de 2014.

CESI	CONCLUSOS	PENDENTES	TOTAL
ASSESSORIA MILITAR	322	58	380
ASSESSORIA DA POLÍCIA CIVIL*	91	14	105

\* Além desses, a Assessoria da Polícia Civil realizou 168 assistências a magistrados e servidores.

Nesta gestão, o Cesi foi ampliado com a chegada de um delegado e um investigador da Polícia Civil, tendo sido criada a Assessoria do Corpo de Bombeiros Militar.

Entre as ações desenvolvidas pela Assessoria do Corpo de Bombeiros Militar, podem ser citadas: vistorias em 17 edificações da capital e do interior, para verificação das condições de segurança; cinco palestras sobre prevenção contra incêndios e pânico, para cerca de 550 pessoas; curso de suporte básico de vida com uso de desfibrilador para 120 viúvas e vigilantes da capital; análise de 15 projetos de prevenção contra incêndio e pânico de edificações a construir ou em obras de ampliação. A próxima etapa será a capacitação de 800 servidores e terceirizados para comporem a brigada de incêndio das Unidades Goiás, Raja Gabaglia, Fórum Lafayette, do edifício Mirafiori e do galpão no bairro Camargos.



## PRECATÓRIOS

Nada menos que R\$ 1 bilhão foram empregados em pagamentos de precatórios de julho de 2012 a abril de 2014, havendo com isso diminuição da dívida, economia para os cofres públicos, efetivação de direitos em favor de doentes graves e sexagenários. Dos 853 municípios mineiros, 501 ainda devem precatórios. Entre os devedores, 234 estão com a dívida praticamente em dia. Em regime especial estão 269 devedores.

Além de terem sido pagos 1.900 direitos preferenciais de doentes graves e sexagenários, foram economizados R\$ 285 milhões em função dos acordos que permitiram a quitação de diversos precatórios do Estado. Da dívida do Município de Belo Horizonte, cerca de 120 direitos preferenciais de doentes graves e sexagenários foram pagos. Esse município também quitou R\$ 47 milhões de sua dívida, economizando R\$ 8 milhões de reais em acordos.

### Interior

Pagaram R\$ 7 milhões para 220 credores preferenciais (doentes graves e sexagenários) os municípios de Abre-Campo, Além-Paraíba, Alpercata, Araxá, Açucena, Bambuí, Barbacena, Berilo, Betim, Botumirim, Capelinha, Cambuí, Capim Branco, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Cipotânea, Conquista, Conselheiro Lafaiete, Congonhas, Contagem, Corinto, Coronel Fabriciano, Divino das Laranjeiras, Divinópolis, Estrela do Sul, Formiga, Governador Valadares, Guanhães, Guaranésia, Guaxupé, Jequitáia, Iapu, Ituiutaba, Japaraíba, Juiz de Fora, Lajinha, Lavras, Lagoa Santa, Manhuaçu, Matipó, Mateus Leme, Mariana, Mesquita, Monte Azul, Montes Claros, Ouro Verde, Ouro Preto, Passos, Pedralva, Pirapora, Perdizes, Porteirinha, Piau, Pitangui, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves, Romaria, Sabará, São João del-Rei, São João da Ponte, São João Evangelista, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Timóteo, Uberaba, Uberlândia, União de Minas e Vieira.

O valor de R\$ 51 milhões de precatórios foi pago a 540 credores pelos municípios de Alvorada de Minas, Araponga, Arcos, Bonfinópolis, Brumadinho, Bom Jardim de Minas, Betim, Belmiro Braga, Cambuí, Carmo do Cajuru, Caratinga, Carbonita, Carvalhos, Chalé, Contagem, Conceição do Rio Verde, Consolação, Curvelo, Divinópolis, Divisa Alegre, Estrela do Sul, Florestal, Francisco Sá, Icaraí, Illicínea, Imbé de Minas, Itaobim, Itaverava, Ituiutaba, Iturama, Jacuí, Juatuba, Manhumirim, Marliéria, Montes Claros, Ouro Fino, Paraopeba, Paula Cândido, Perdizes, Ponte Nova, Passos, Sardoá, Santana dos Montes, Santa Luzia, São José do Mantimento, São José da Lapa, São Lourenço, São Romão, Timóteo e Unai.

Belo Oriente, Betim, Boa Esperança, Contagem, Juiz de Fora, Poços de Caldas, Sabará, Sete Lagoas e Uberaba, nos acordos do regime especial, quitaram precatórios de sua dívida num valor de R\$ 31 milhões.

Constatou-se que os precatórios vencidos do Estado e de municípios mineiros até 31 de dezembro de 2013 somam o valor de R\$ 4.680.418.728,42. O estado deve R\$ 3.394.329.186,32; e os municípios, R\$ 1.286.089.542,10. Foram recebidos e analisados, de julho de 2012 a abril de 2014, quase 5.800 ofícios requisitórios.

## Transparência

Nesta gestão, as informações ligadas à administração dos precatórios encontram-se melhoradas no Portal do TJMG. Todas as questões relacionadas a cessões de crédito, habilitações de herdeiros, pagamentos prioritários, cronológicos, via acordos, penhora de crédito, homologações de acordos, destaques de valores de honorários advocatícios contratuais, sequestros, entre outros, recebem decisões que, além de regularmente publicadas, integram o trâmite histórico do precatório no Sistema de Gestão de Precatórios (SGP).

Em prol da transparência e da segurança, foi instituída a Portaria 2.902/2013, que dispõe sobre a comunicação, o cadastramento e a fiscalização em torno das requisições relativas aos pagamentos das obrigações de pequeno valor (RPV).

## Sistema informatizado

A melhoria no SGP permite o acesso, de forma *on line* e diária, à realidade da dívida dos precatórios em Minas Gerais, à cronologia dos precatórios do Estado e de todos os municípios mineiros, com indicação dos valores de cada crédito materializado no precatório, à relação dos devedores pertencentes ao regime especial e ao regime geral.

O SGP atualiza automaticamente a ordem cronológica dos precatórios. Também já são registradas nesse sistema as decisões proferidas, o que permite aos interessados acompanhar todos os atos ligados aos precatórios.

Outras iniciativas para aprimorar o sistema estão em execução, a exemplo da conexão entre o SGP e o Diário do Judiciário Eletrônico (DJe), para automatizar a publicação dos atos procedimentais dos precatórios (previsão de término em 06 de junho de 2014); da automatização do cálculo da dívida dos entes devedores em precatório (previsão de término em 29 de agosto de 2014); da automatização do cálculo do percentual ou da parcela a ser paga pelo devedor em regime especial (previsão de término em 21 de novembro de 2014); das melhorias de comunicação entre os sistemas informatizados do TJ e do banco, para acesso facilitado a contas bancárias e geração de relatórios (término em junho de 2014) etc.

## Sequestros

Na atual gestão, foram instaurados 206 procedimentos de sequestros contra devedores em regime especial, sendo certo que 122 redundaram em pagamentos e extinção da dívida, restando 84 procedimentos em fase de desfecho. Também foram feitos 83 sequestros contra deve-

dores em regime geral, sendo que 33 procedimentos redundaram em pagamentos, restando 50 em fase de conclusão processual.

## Outras iniciativas

Têm sido digitalizados os ofícios requisitórios cancelados, como modo de manter em arquivo informação recebida do juízo da execução, para consultas futuras. Foi criada equipe para controle das contas dos devedores e dos alvarás expedidos, formada por um contador e três assistentes técnicos de controle financeiro.

Foi desenvolvido um projeto de reestruturação da área de precatórios, como parte integrante do Planejamento Estratégico do TJMG. Os setores de precatórios já receberam cinco assistentes técnicos de controle financeiro, três técnicos, dois contadores e um agente. Novas nomeações estão em andamento, para preenchimento do quadro de pessoal previsto para os setores.

A RPV *on line* está em avanço para permitir um controle mais ágil sobre RPVs expedidas. Diversos documentos foram padronizados, com acessibilidade para o público externo, tais como o requerimento de certidão, o requerimento de prioridade e o modelo de ofício requisitório.

*Juiz Ramom Tácio de  
Oliveira, responsável pela  
área de precatórios.*



## GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOCUMENTAL

Além da gestão do arquivo centralizado, que reúne autos de processos judiciais e documentos administrativos de 27 comarcas, bem como do arquivo da Segunda Instância, a Gestão da Informação do Judiciário de Minas é aprimorada constantemente, com diversas iniciativas. Entre elas, podem ser citadas a Biblioteca Digital e o boletim "Gotas da Língua Portuguesa".

### Avaliação documental

Inaugurou-se o serviço de avaliação de processos judiciais que já cumpriram o seu prazo de guarda, mediante a estrita observação da Recomendação 37/2011 do Conselho Nacional de Justiça, da Resolução 749/2013 e da Portaria Conjunta 330/2014 do TJMG. No biênio 2012/2014, foram avaliados 31.777 autos de processos judiciais e 193 metros lineares de documentos administrativos, equivalentes a 1.284 caixas, tendo sido publicados quatro editais de ciência de eliminação de documentos administrativos e dois editais de ciência de eliminação de documentos judiciais.

### Biblioteca

Foi implantada a Biblioteca Digital do TJMG, que contém documentos institucionais, obras jurídicas e periódicos em formato eletrônico, publicados por editoras de renome. Estão disponíveis ao usuário interno (magistrados e servidores) mais de 4 mil títulos digitais.

Quanto ao acervo das bibliotecas físicas, foram adquiridos 1.302 livros, que elevaram para 28.370 o número de exemplares. Realizou-se também a higienização e a catalogação de 350 obras raras e antigas do acervo do Tribunal.

Merece ainda destaque o envio de 839 periódicos e 485 livros para o Timor Leste, a pedido da Agência Brasileira de Cooperação, órgão afeto ao Ministério das Relações Exteriores, para contribuir com a formação do acervo do Centro de Formação Jurídica daquele país.

### "Repositório de Sentenças", boletim e publicações técnicas

O "Repositório de Sentenças", que é composto por uma seleção feita por magistrados, passou por uma reformulação para se adequar ao novo Portal e Rede TJMG e aprimorar o sistema de busca. Além disso, foram incorporados os acordão das Turmas Recursais.

"Gotas da Língua Portuguesa", disponível no Portal TJMG, é um boletim quinzenal que apresenta, de forma simples e sintética, informações gramaticais sobre a melhor técnica do português instrumental, com ênfase nos recursos da língua mais utilizados no dia a dia das atividades do Tribunal. A primeira edição impressa desse produto, com 2.261 exemplares, foi distribuída para magistrados, servidores e público em geral.





*Apresentação da Biblioteca Digital no aniversário de 36 anos da Escola Judicial.*

O “Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Minas Gerais” consolida e sistematiza, em seus 1.074 artigos, as normas da Corregedoria-Geral de Justiça relativas aos serviços notariais e de registro.

Está em fase final de revisão e diagramação o “Manual de Atos Normativos do TJMG”, elaborado por grupo de trabalho composto por representantes da Presidência, da Primeira, da Segunda e da Terceira Vice-Presidências e da Corregedoria-Geral de Justiça, sob a supervisão da Secretaria Especial da Presidência – Comissões Permanentes. O manual será disponibilizado em versão eletrônica no portal do Tribunal.

Também merecem ser enfatizadas a elaboração e a divulgação de enunciados de súmulas de relevante questão de direito e o atendimento a mais de 1.900 pesquisas durante o biênio 2012/2014, ações que subsidiam a prestação judiciária.

## **GESTÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS**

Nesta gestão, foram realizados dois encontros de juízes. O IV Encontro de Juízes dos Juizados Especiais (IV Enjesp), de 21 a 23 de junho de 2012, teve o objetivo de promover a integração e a troca de experiência entre os magistrados que integram os Juizados. Compareceram 102 juízes. Nos dias 28 e 29 de novembro de 2013, foi realizado o Encontro de Trabalho dos Juízes de Direito dos Juizados Especiais e Presidentes de Turmas Recursais. Na pauta, discussão de temas variados, de ordem administrativa e jurisdicional. Participaram 110 juízes.

### **Cursos**

Vários cursos de treinamento e capacitação de pessoal foram realizados. Entre eles, o curso de capacitação de conciliadores dos Juizados Especiais da capital, com a participação de 699 voluntários. Também foram treinados conciliadores da comarca de Itaúna, técnicos operacionais da comarca de Uberlândia e servidores da grande BH.

Foram capacitados 123 atermadores de comarcas do interior. Houve, ainda, treinamento para servidores que utilizam o Sistema CNJ de Processo Judicial Eletrônico (Projudi) e trabalham no posto do Juizado Especial no aeroporto. Voluntários para a Copa das Confederações de 2013 e para a Copa do Mundo de 2014 também foram capacitados.

## Processo eletrônico

Está em fase final a implantação do processo eletrônico no Juizado Especial Criminal (Sistema CNJ de Processo Judicial Eletrônico - Projudi). O projeto conta com a participação da Polícia Civil (integração PCNET e Projudi), do Ministério Público e da Defensoria Pública.

## Cargos

A criação de cargos de assessor de juiz e de funções de confiança e de assessoramento destinados aos magistrados de primeira entrância e aos do Sistema dos Juizados Especiais foi outra medida para acelerar a prestação jurisdicional. Foram destinados 24 assessores aos Juizados Especiais. Quanto às funções de confiança para assessoramento de juiz, 160 delas foram destinadas aos Juizados.

Foram lotados seis cargos de oficial de apoio judicial na comarca de Pedro Leopoldo, com a finalidade de reforçar a estrutura de atendimento no posto do Juizado de Confins, visando ao bom atendimento ao jurisdicionado no período da Copa do Mundo de 2014.

Outra conquista foi a lotação de estagiários para atuarem com os componentes das Turmas Recursais do Estado. Com a medida, a carga de trabalho adicional dos juízes membros de Turma Recursal foi amenizada, uma vez que a tarefa desses magistrados é somada às outras atividades da judicatura.

O Tribunal de Justiça está também contratando estagiários para atuar nas secretarias que tenham servidor efetivo designado para ocupar cargo de assessoria ou função de confiança de assessoramento de juiz. Cada servidor designado será substituído por dois estagiários.

*Juizado Especial de Confins inaugurado em abril de 2013, pelos desembargadores Fernandes Filho, Audebert Delage e Herculano Rodrigues.*



Renata Caldera

## CORREGEDORIA

### Fiscalização

Nas ações de fiscalização do foro judicial, das 296 comarcas, 181 foram supervisionadas, o que corresponde a mais de 60% das unidades jurisdicionais. Foram também desenvolvidos trabalhos correicionais nas unidades dos Juizados Especiais em todo o Estado. Destaca-se que, com a correição ordinária de 2013, em Belo Horizonte, houve, pela primeira vez, fiscalização dos postos do Juizado nos estádios Mineirão e Independência. O objetivo foi proporcionar a melhoria da segurança dos magistrados e das instalações do Tribunal de Justiça naqueles estabelecimentos, visando à atuação eficaz do Juizado em jogos e grandes eventos como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo.

### Mutirões e outras ações

Mutirões de trabalho foram promovidos para dar andamento a processos de execução penal paralisados. Os trabalhos abrangeram o cadastramento de guias de execução, o lançamento de movimentações no sistema judicial e outras ações. Houve mutirões nas comarcas de Belo Horizonte, Igarapé, Ribeirão das Neves, Contagem e Juiz de Fora. Em Igarapé, por exemplo, estima-se que tenham sido cadastradas 900 guias de execução. Em Juiz de Fora, foram aproximadamente 600 guias cadastradas e/ou movimentadas no sistema. Na comarca de Belo Horizonte, o mutirão tem sido permanente nos últimos três anos. A estimativa é que tenham sido baixados mais de 7.000 processos nesse período de dois anos.

Diante da necessidade de orientação presencial, ocorreram 66 viagens. Entre as comarcas visitadas, ressalta-se o trabalho realizado em Poços de Caldas, onde, além das orientações, foi oferecido auxílio na reorganização do acervo e na reestruturação física da secretaria, de modo a otimizar o trabalho e aumentar a eficiência da prestação jurisdicional.

Entre as ações executadas, merece ainda destaque a implantação do Sistema de Publicação de Peças Processuais, a possibilidade de emissão, pela internet, de guias de recolhimento de custas e taxas judiciais, a disponibilização no Portal do TJMG da relação de sentenciados e do atestado de pena de condenados em execução, entre outros.

Foram realizados diversos cursos sobre rotinas de secretaria e funcionalidades do Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas (Siscom), em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).

### Padronização

No período de 2012 a 2014, foram instituídas as instruções-padrão de trabalho (IPTs) para uniformizar a rotina de trabalho das unidades judiciárias de todo o Estado com competência criminal especializada em violência doméstica contra a mulher (Lei Maria da Penha), de execuções penais, de feitos tributários, de fazenda pública e autarquias, de fazenda pública municipal, de família, de sucessões e ausência, de



*Encontro da Corregedoria  
realizado na comarca de  
Araxá, em novembro de 2013.*

tóxicos, de precatórias cíveis e de precatórias criminais. Com a instituição das IPTs, foi possível treinar as equipes e padronizar os serviços dessas unidades judiciárias.

Padronizaram-se os carimbos criminais e cíveis que estão sendo utilizados também para atender às demais competências judiciárias padronizadas.

Foram iniciados estudos visando à padronização dos documentos gerados pelo sistema Siscom Windows. Está sendo avaliada a utilização do módulo *web* de emissão e manutenção de documentos a serem utilizados nas unidades judiciárias de primeiro grau, em substituição ao atual sistema Siscom Windows.

## Encontros da Corregedoria

Foram realizados cinco Encontros do Colégio dos Corregedores-Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal (Encoge), com a discussão de vários temas relevantes, como a regularização fundiária urbana, a segurança e a saúde dos magistrados, o Judiciário como vetor de cidadania e inclusão social, entre outros: 60º Encoge (Maceió/AL), 22 a 25 de agosto de 2012; 61º Encoge (Gramado/RS), 8 a 11 de novembro de 2012; 62º Encoge (Ouro Preto/MG), de 11 a 12 de abril de 2013; 63º Encoge (Manaus/AM), de 26 a 28 de setembro de 2013; 64º Encoge (Florianópolis/SC), de 6 a 8 de novembro de 2013; 65º Encoge (São Luís/MA), de 2 a 4 de abril de 2014.

Já os Encontros da Corregedoria-Geral de Justiça (Encor) são realizados semestralmente e direcionados aos juízes diretores do Foro, da infância e da juventude e de execuções criminais das comarcas integrantes das diversas regiões de atuação da Corregedoria. O objetivo dos encontros é discutir temas voltados para a atuação da Corregedoria no âmbito da Justiça de Primeira Instância e dos serviços notariais e de registro. Encontros realizados nesta gestão: 12º Encor (Pirapora), em 18 e 19 de outubro de 2012; 13º Encor (Manhumirim/Alto Caparaó), em 6 e 7 de junho de 2013; 14º Encor (Araxá), em 31 de outubro e 1º de novembro de 2013.



## Informações correicionais e registros disciplinares

No período de junho de 2012 a abril de 2014, foram examinados e proferidos despachos em 2.581 expedientes disciplinares, conforme relatório abaixo:

TIPO DE PROCESSOS	GEDIS
Comunicação	564
Processo Administrativo	82
Sindicância	118
Consulta	5
Denúncia	4
Inquérito	6
Reclamação	1
Representação	174
Requerimento	1.323
Requerimento CNJ	304
<b>TOTAL</b>	<b>2.581</b>

### Serviço extrajudicial

Em relação à taxa de fiscalização judiciária, foram arrecadados, entre julho de 2012 e dezembro de 2013, R\$ 670.148.969,00. A média mensal de arrecadação foi em torno de R\$ 37,23 milhões, o que representa um aumento médio de 12,75% em relação ao valor do mês de junho de 2012. Assim, estima-se que a arrecadação total durante a atual gestão chegue à casa dos R\$ 900 milhões. Vale registrar que, em 23 cartórios, nos quais foi implantado o projeto-piloto de uso do selo de fiscalização eletrônico, já foram utilizados 2.440.648 selos.

Pela primeira vez na história do Judiciário mineiro, a investidura dos novos delegatários aprovados em concurso para os serviços notariais e de registro foi realizada sob a supervisão a Corregedoria. Foram 302 novas investiduras, relativas a dois concursos públicos, sendo 283 referentes ao concurso regido pelo Edital 01/2011, e 119 ao Edital 02/2011. O concurso público é promovido pela Ejef, a delegação é outorgada pelo presidente do TJMG, a investidura é feita perante o corregedor-geral de Justiça; e a entrada em exercício, perante o diretor do Foro da comarca.

O Estado de Minas Gerais possui um total de 3.089 serviços notariais e de registro, sendo 60 cadastrados como extintos e outros 3.029 ativos. Desde o mês de julho de 2012, foram providos 334 cartórios, enquanto 142 serventias vagaram.

Quanto às fiscalizações, na gestão 2012/2014, foram realizadas correições extraordinárias em 84 comarcas, num total de 852 serventias fiscalizadas, o que representa mais de 28% dos serviços notariais e de registro de todo o Estado de Minas Gerais. Com esse trabalho, completou-se o ciclo de correições extraordinárias nas serventias extrajudiciais de todas as comarcas do Estado.



## **“Código de Normas”**

Em 18 de outubro de 2013, foi editado o “Código de Normas”, através do Provimento 260/CGJ/2013. O chamado “Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro” possui 1.074 artigos, divididos em nove livros, e trata dos mais diversos e relevantes assuntos ligados aos cartórios extrajudiciais. A vigência do “Código de Normas”, iniciada em 10 de dezembro de 2013, constitui a marca dos 65 anos da Corregedoria, organizada em 10 de dezembro de 1948.

## **Registro civil nas maternidades**

Em julho de 2013, após a edição do Provimento 247/CGJ/2013, que trata das chamadas unidades interligadas de registro civil nas maternidades, o Hospital Sofia Feldman de Belo Horizonte e a Maternidade Municipal de Contagem foram as primeiras unidades hospitalares a disponibilizar o registro civil de nascimento. Até abril de 2014, já estavam em funcionamento 19 unidades, tendo sido realizados 6.530 registros de nascimento. Está em andamento a inclusão de outras 16 maternidades, conforme convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social e o Ministério da Justiça, com o apoio da Corregedoria-Geral de Justiça.

As unidades interligadas de registro civil nas maternidades permitem que o recém-nascido seja registrado e receba sua certidão de nascimento logo após o parto, sem sair da maternidade, antes da alta hospitalar.

O sistema desenvolvido para as unidades interligadas também permite a realização do registro de óbito ocorrido nos estabelecimentos de saúde, dando maior conforto e agilidade para as famílias no momento de perda de seus entes queridos.

## **Central de Informações do Registro civil**

Outro grande projeto de cunho social em andamento é a criação da Central de Informações do Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC-MG), com possibilidade, em breve, de emissão de certidões em meio eletrônico, mediante acesso a *site* específico. Trata-se de uma parceria entre a Corregedoria-Geral de Justiça e o Sindicato dos Oficiais de Registro Civil (Recivil) para compartilhamento de informações eletrônicas entre serventias, bem como ao público em geral. Até 16 de abril de 2014, a CRC-MG recebeu informações relativas a 4.456.329 registros, enviadas pelas serventias do registro civil das pessoas naturais de todo o Estado de Minas Gerais.

## **Malote Digital do CNJ**

Desde 12 de fevereiro de 2013, o Sistema Hermes de Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça passou a ser o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro, entre estes e os órgãos do Poder Judiciário. Em 10 de junho de 2013, foi iniciada a implantação na comarca de Belo Horizonte. Desde então, o sistema vem sendo implantado gradativamente nas demais comarcas do Estado.

## Medalha de Mérito

Em cerimônias realizadas em 20 de setembro de 2013 e em 13 de junho de 2014, 192 pessoas (magistrados, servidores e outras personalidades) foram condecoradas com a Medalha de Mérito Desembargador Ruy Gouthier de Vilhena pelos relevantes serviços prestados ao Poder Judiciário.

## OUIDORIA

A Ouvidoria do Tribunal de Justiça, instituída pela Resolução 685/2012, em cumprimento à Resolução 103/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi implementada nesta gestão. A Ouvidoria ganhou sede própria, e os atendimentos são feitos das seguintes formas: por formulário eletrônico, disponível no Portal TJMG/Ouvidoria; por formulário impresso, disponível nos setores de protocolo do Judiciário; por telefone (0800-283-3933), de segunda a sexta-feira, das 12 às 18h; por correspondência para o endereço avenida Álvares Cabral, 200, 5º andar, sala 508, CEP 30.170-000, Belo Horizonte/MG.

Estão entre as atribuições da Ouvidoria: prestar esclarecimentos ao cidadão sobre o papel, a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário, bem como sobre as ações desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça e outras informações administrativas de interesse do usuário, em geral; receber críticas, sugestões, elogios, denúncias, dúvidas e reclamações.

A Ouvidoria é dirigida por um desembargador, escolhido pelo Órgão Especial, juntamente com seu substituto, para um período de um ano, permitida sua recondução. A primeira ouvidora do TJMG, desembargadora Mariângela Meyer, tomou posse em 25 de julho de 2012, exercendo mandato por um ano. Em 19 de agosto de 2013, tomou posse o novo ouvidor, desembargador Doorgal Gustavo Borges de Andrada.

*Lançamento, em setembro de 2013, da Rede de Ouvidorias do Estado, com participação do ouvidor do TJMG Doorgal Andrada (terceiro, da esquerda para a direita), ao lado do presidente Herculano Rodrigues, entre várias outras autoridades.*

Renata Caldeira



MG  
públicas

SEMINÁRIO  
Rede de Ouvidorias  
Minas mais transparente e cidadã

Realização:

TCEMG  
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais  
Órgão de Controle, Transparência e Cidadania

MPMG  
Ministério Público  
do Estado de Minas Gerais

*Peças em exposição permanente na Memória do Judiciário Mineiro, no Palácio da Justiça: avenida Afonso Pena, 1.420.*





# Memória e outras Ações de Destaque

Em 11 de novembro de 2013, foram comemorados 25 anos da Memória do Judiciário Mineiro, que fechou esta gestão com mais de 52 mil visitas a suas exposições permanentes, temporárias e itinerantes.

A Copa das Confederações e a Copa do Mundo contaram com a atuação de magistrados e servidores; foram também selecionados e treinados voluntários pelo TJMG, com o objetivo de aprimorar os serviços judiciais prestados aos turistas estrangeiros.

Dentro do Programa Sustentabilidade Legal, é preciso realçar ainda a contratação de empresa para coleta, descontaminação e destinação apropriada de lâmpadas fluorescentes, conforme a legislação ambiental vigente, bem como a inclusão, nos editais de licitações da área de informática, da obrigatoriedade de que o licitante vencedor comprove possuir programa para o recolhimento e correta destinação dos cartuchos de toner já utilizados/inservíveis.

## MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO

No dia 11 de novembro de 2013, foram comemorados os 25 anos da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud). Na oportunidade, foram entregues medalhas comemorativas a 104 personalidades homenageadas por relevantes serviços prestados ao TJMG. Foi aberta a visita à coleção Memória Intelectual, uma mostra de 368 obras jurídicas e literárias de magistrados mineiros.

Nesta gestão, cerca de 52.200 visitantes, entre estudantes, advogados, pesquisadores e participantes de eventos do TJMG, conheceram as exposições permanentes, temporárias e itinerantes da Memória do Judiciário. As exposições itinerantes, com o título Fato do Mês, apresentaram os seguintes temas: "Retrato do Barão do Rio Branco"; "A Arte dos Vitrais no Palácio da Justiça"; "Inscrições em Latim no Palácio da Justiça"; "Escultura do Desembargador Raphael de Magalhães";



*25 anos da Memória do Judiciário: seis das 104 personalidades homenageadas pelos serviços prestados ao TJMG, ao lado do superintendente da Mejud, desembargador Lúcio Urbano.*

“25 Anos Memória do Judiciário Mineiro – imagens da instalação em 1988”; “Publicações da Memória do Judiciário Mineiro”; “Visitantes Ilustres e 140 Anos da Relação de Ouro Preto”.

Contratou-se empresa para disponibilizar na internet o acervo e imagens dos ambientes do Palácio da Justiça, de forma interativa, além de textos explicativos a respeito da edificação e dos objetos expostos e vídeos gravados em dez comarcas representativas da história do TJMG. A previsão é que os serviços sejam concluídos até setembro de 2014. Está também sendo elaborado o livro sobre a história das comarcas mineiras no período de 1711 a 2013, cujo processo licitatório deve ser iniciado no final do primeiro semestre de 2014.

## Publicações

Merece destaque a publicação das “Notas Históricas”, vol. 2, contendo artigos publicados na “Revista Jurisprudência Mineira” no período de janeiro de 2008 a março de 2013. Está em andamento pesquisa sobre a história de São João del-Rei, em parceria com o juiz Auro Aparecido Maia Andrade.

Foram desenvolvidas para a “Revista Jurisprudência Mineira” notas biográficas dos desembargadores William Romualdo da Silva, Sérgio Augusto Fortes Braga, Moacir Pimenta Pedroso, Sálvio de Figueiredo Teixeira, José Costa Loures, José Norberto Vaz de Mello. E, ainda, notas históricas, para a mesma revista: “Do Sertão Inóspito às Minas do Ouro”, “O Testamento de um Desembargador”, “O Barroco e Rococó Mineiro: arte, arquitetura, artistas”, “Memória do Judiciário Mineiro – 25 anos”, “A Memória do Judiciário Mineiro e a Preservação do Acervo de Processos Históricos do Poder Judiciário”, “25 Anos da Memória do Judiciário Mineiro – 11/11/2013”, “140 Anos do Tribunal de Justiça”.



## Outras iniciativas

Foi assinado termo de cooperação técnica a fim de dar continuidade à parceria com o Arquivo Público Mineiro para digitalização de documentos importantes para a memória do Judiciário.

Foi iniciada a montagem de laboratório para conservação, higienização, restauração e preservação de peças do acervo do Museu da Memória do Judiciário. A Mejud já recebeu inclusive um *scanner* para a digitalização de documentos históricos.

Com relação ao interior, foram desenvolvidos trabalhos nas comarcas de Muriaé, Serro, Santa Bárbara e São João del-Rei, envolvendo desde a doação de autos findos até o levantamento das condições e tratamento do acervo, bem como elaboração de convênios.

A equipe da Mejud participou de vários seminários, palestras, cursos, entre outros eventos.

## COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO

A ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia Antunes Rocha, o ministro do Superior Tribunal de Justiça, João Otávio de Noronha, e o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Dinis Antônio Pinheiro, foram condecorados, no dia 6 de junho de 2014, com a mais alta comenda do Tribunal de Minas: o Colar do Mérito Judiciário.

Criado através da Resolução 53/1983, na gestão do presidente Geraldo Reis Alves, o objetivo do Colar do Mérito Judiciário é condecorar pessoas e instituições, nacionais ou estrangeiras, em virtude de seu destaque na prestação de relevantes serviços à Justiça, e/ou à cultura jurídica.



## SUSTENTABILIDADE LEGAL

É realizado um monitoramento mensal do consumo de energia elétrica, água e telefonia em todas as unidades prediais vinculadas ao TJMG, visando identificar e corrigir desvios de consumo e acompanhar os efeitos de medidas adotadas para a utilização mais racional desses recursos. São realizadas intervenções quando necessário, através de cartas informando sobre gastos excessivos. No caso da telefonia, é solicitado o ressarcimento de valores de ligações que não foram efetuadas a serviço do TJMG.

É necessário também ressaltar que os dados sobre consumo de energia elétrica e água e despesas com telefonia das diversas comarcas são disponibilizados para os juízes diretores do Foro, através do sistema SAG, visando a um maior controle dos gastos por parte dos usuários.

Fez-se a revisão dos contratos de fornecimento de energia elétrica em média tensão vigentes, visando a redução de custos e a adequação à nova legislação da ANEEL. Contratou-se empresa para coleta, descontaminação e destinação apropriada de lâmpadas fluorescentes, conforme a legislação ambiental vigente. Até abril de 2014, foram descartadas 8.762 unidades.

Em atenção às medidas sustentáveis e com o objetivo de reduzir despesas, foi adotada política de substituição de equipamentos de ar condicionado de janela antigos por equipamentos novos mais eficientes. Todos os equipamentos adquiridos para o TJMG precisam atender aos critérios de etiquetagem do INMETRO, indicativos de eficiência e baixo consumo de energia.

Nos editais de licitações para aquisição de suprimentos de informática, introduziu-se a obrigatoriedade de que o licitante vencedor comprove possuir programa para o recolhimento e a correta destinação dos cartuchos de toner já utilizados/inservíveis ou manter parceria com empresa devidamente habilitada e licenciada para a realização desses serviços (Lei Federal 12.305/2010, Lei Estadual 18.031/2009 e Decreto Estadual 45.181/2009, que se referem à Política Estadual de Resíduos Sólidos).

Foram também introduzidas exigências de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços gerais, a cargo de funcionários terceirizados.



## JUDICIÁRIO NA COPA DAS CONFEDERAÇÕES E NA COPA DO MUNDO

Com a realização de jogos, em Minas Gerais, durante a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, o Tribunal de Justiça se preparou para atender aos cidadãos de outros países participantes do evento. Além da atuação de magistrados e servidores, foram também selecionados e treinados voluntários, com fluência em língua inglesa ou espanhola, com o objetivo de aprimorar os serviços judiciais prestados aos turistas estrangeiros.

Para a Copa das Confederações de 2013, 78 voluntários foram treinados. Já para a Copa do Mundo de 2014, foram treinados 83 voluntários. Para atuar no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, 30 servidores foram treinados.

Os serviços judiciais foram prestados aos turistas estrangeiros que circularam pelo Aeroporto de Confins, pelo Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão) e pelo Polo BH (Fórum, Vara Infracional da Infância e Juventude, Vara Cível da Infância e Juventude, Juizado da Infância e Juventude, Juizados Especiais Criminais, Posto de Atendimento do Juizado de Infância e Juventude (JIJ) no Terminal Rodoviário Israel Pinheiro, Posto de Atendimento do JIJ na Estação José Cândido da Silveira, Posto de Atendimento do JIJ no Shopping Pátio Savassi e Posto Móvel do JIJ no espaço Fan Fest).

O serviço voluntário foi uma atividade não remunerada e sem vínculo empregatício. A fluência na língua estrangeira (inglês e espanhol) foi verificada por meio de entrevista com profissional habilitado e indicado pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).



# Ficha Técnica

## Presidente

Desembargador Joaquim Herculano Rodrigues

## Primeiro Vice-Presidente

Desembargador José Tarcízio de Almeida Melo

## Segundo Vice-Presidente

Desembargador José Antonino Baía Borges

## Terceiro Vice-Presidente

Desembargador Manuel Bravo Saramago

## Corregedor-Geral de Justiça

Desembargador Luiz Audebert Delage Filho

## Vice-Corregedora-Geral de Justiça

Desembargadora Vanessa Verdolim Hudson Andrade

## Presidente do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais

Desembargador José Fernandes Filho

## Ouvidores

Desembargadora Mariângela Meyer Pires Faleiros (2012/2013)  
Desembargador Doorgal Gustavo Borges de Andrada (2013/2014)

## Superintendente de Informática

Desembargador Fernando Caldeira Brant

## Superintendente das Atividades de Transporte

Desembargador Raimundo Messias Júnior

## Superintendente de assuntos pertinentes à Administração dos prédios da Unidade Raja Gabaglia

Desembargador José do Carmo Veiga de Oliveira

## Superintendente da Memória do Judiciário Mineiro

Desembargador Lúcio Urbano Silva Martins

## Juiz Auxiliar da Presidência

Cássio Azevedo Fontenelle

## Juíza Auxiliar da Presidência

Flávia de Vasconcellos Lanari

## Juiz Auxiliar da Presidência

Nicolau Lupianhes Neto

## Juiz Auxiliar da Presidência

Ramom Tácio de Oliveira

## Juiz Auxiliar da Presidência

Renato César Jardim

## Assessora de Comunicação Institucional

Valéria Valle Vianna

## Assessora de Gestão da Inovação

Ana Paula Villela de Vilhena

## Assessora Jurídica da Presidência

Heloisa Monteiro de Moura Esteves

## Auditora Interna

Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib

## Chefe de Gabinete da Presidência

Luiz Antônio Bernardino

## Diretora-Executiva de Administração de Recursos Humanos

Neuza das Mercês Rezende

## Diretor-Executivo de Engenharia e Gestão Predial

Marcelo Junqueira Santos

## Diretora-Executiva de Suporte aos Juizados Especiais

Dirce Bahiense de Araújo

## Diretora-Executiva de Desenvolvimento de Pessoas

Mônica Alexandra de Mendonça Terra e Almeida Sá

## Diretor-Executivo de Finanças e Execução Orçamentária

Hilton Secundino Alves

## Diretor-Executivo de Informática

Antônio Francisco Morais Rolla

## Diretor-Executivo de Gestão da Informação Documental

André Borges Ribeiro

## Diretora-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio

Selma Michaelsen Dias

## Diretora-Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional

Marina Nazareth de Lima

## Secretário-Executivo de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional

Renato Cardoso Soares

## Secretário do Órgão Especial

Wagner de Aguiar Mendes

## Secretaria de Padronização da 1ª Instância, Suporte ao Planejamento e à Ação Correccional

Maria Cecília Belo

## Secretária de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária

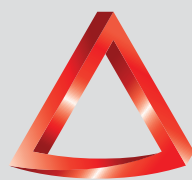
Cátia Lalucia de Rezende

## Secretário do Presidente

Augusto Henrique Lio Horta

## Secretária Especial da Presidência

Sidneia Amélia Simões



**TJMG**

Tribunal de Justiça do  
Estado de Minas Gerais

Renata Caldeira

